UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIEL FORNARA FARIA

NA BEIRA DO LARGO
UM DOCUMENTÁRIO SOBRE MORADIA, LAZER E
TRABALHO NO LARGO DA ORDEM

CURITIBA

2024

GABRIEL FORNARA FARIA

NA BEIRA DO LARGO
UM DOCUMENTÁRIO SOBRE MORADIA, LAZER E
TRABALHO NO LARGO DA ORDEM

TCC apresentado ao Curso de Graduação em Jornalismo,
Setor de Artes, Comunicação e Design, da Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. João Martins Damasceno Ladeira

CURITIBA

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 Rua Bom Jesus, 650, - - Bairro Juvevê, Curitiba/PR, CEP 80035-010
 Telefone: 3360-5000 - <http://www.ufpr.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA BANCA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE JORNALISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

No dia 11/12/2024, às 18:30 horas, os membros da banca de avaliação reuniram-se no Departamento de Comunicação Social da UFPR, com a finalidade de avaliar o aluno **GABRIEL FORNARA FARIA** que apresentou o trabalho de conclusão de curso em jornalismo intitulado: **Na Beira do Largo**. Após informar as normas do exame de avaliação, o orientador passou a palavra para que o aluno realizasse a apresentação. Finalizada a exposição, o aluno foi arguido pelos membros da banca que atribuíram as seguintes notas:

Professora	Nota	Assinatura
JOÃO DAMASCENO MARTINS LADEIRA	95	<i>João D. Martins Ladeira</i>
JOSÉ CARLOS FERNANDES	95	<i>José Carlos Fernandes</i>
PRISCILA TOBLER MURR	95	<i>Priscila Murr</i>

Sendo assim, a média aritmética atribuída ao aluno na defesa de seu Trabalho de Conclusão de Curso, foi _____, nota que será lançada no SIGA pelo Professor Orientador somente após realizadas as considerações sugeridas pela banca. O aluno foi considerado aprovado na disciplina e deverá entregar o trabalho com alterações sugeridas pela banca em até 10 dias.

JOÃO DAMASCENO MARTINS LADEIRA
 Professor Orientador

TERMO DE APROVAÇÃO

GABRIEL FORNARA FARIA

NA BEIRA DO LARGO UM DOCUMENTÁRIO SOBRE MORADIA, LAZER E TRABALHO NO LARGO DA ORDEM

TCC apresentado ao Curso de Graduação em Jornalismo, Setor de Artes, Comunicação e Design, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Orientador(a) – Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Cidade, ____ de _____ de 2024.

AGRADECIMENTOS

Ao professor João Martins Ladeira, pela orientação deste trabalho.

À Nivaldo Noga, Wessam Al Hraki e Oilson Alves por compartilhar suas histórias e concordar em aparecer neste documentário.

À Isabella Honório, pelo apoio ao longa de toda a produção.

“O terceiro mundo vai explodir!
Quem tiver de sapato não sobra!
Não pode sobrar, não pode sobrar!”
(Rogério Sganzerla, 1968)

RESUMO

Na beira do Largo é um documentário que busca evidenciar a insuficiência das políticas de segurança e urbanismo aplicadas pela Prefeitura de Curitiba na região do Largo da Ordem, coração do centro histórico a cidade. O filme é narrado por aqueles que tiveram suas vidas afetadas pela atuação do poder público na região, atravessando os três pilares que constituem a vida urbana: trabalho, moradia e lazer. A partir da reflexão posta por Jane Jacobs, em *Morte e vida de grandes cidades* (2022), e Néstor García Canclini, em *Imaginários culturais da cidade: conhecimento/ espetáculo/ desconhecimento* (2008), o trabalho questiona a eficácia do policiamento ostensivo na segurança pública e analisa o atual desenvolvimento urbano de Curitiba, propondo uma discussão acerca do uso misto dos espaços nas grandes cidades. Depois, é feita uma análise sobre a vida nas metrópoles a partir das leituras de Louis Wirth, William Foote Whyte, Erwin Goffman e Marshal Berman. Sobre o formato escolhido, é estabelecida uma linha do tempo da história do documentário, na qual são discutidas as definições apresentadas por Fernão Ramos, Bill Nichols, John Grierson e Jean-Louis Comolli, complementadas pelas reflexões de Arlindo Machado sobre as entrevistas *in loco*. Quanto a parte metodológica, são utilizadas as contribuições de Pedro Demo e Maria Immacolata Vassallo de Lopes sobre a pesquisa em comunicação, bem como os escritos de Roberto Damatta sobre antropologia social e as análises de Anne Goliot-Lété e Francis Vanoye em torno da estruturação dos filmes.

Palavras-chave: Largo da Ordem. Curitiba. Urbanismo. Documentário. Segurança pública.

ABSTRACT

Na beira do Largo is a documentary that seeks to highlight the inadequacy of the security and urban planning policies implemented by the Prefeitura de Curitiba in the Largo da Ordem region, the heart of the city's historic center. The film is narrated by those whose lives have been affected by the actions of the public power in the region, covering the three pillars that constitute urban life: work, housing, and leisure. Based on the reflections put forward by Jane Jacobs, in *Morte e vida de grandes cidades* (2022), and Néstor García Canclini, in *Imaginários cultura da cidade: conhecimento/ especial/desconhecimento* (2008), the work questions the effectiveness of ostensive policing in public security and analyzes the current urban development of Curitiba, proposing a discussion about the mixed use of spaces in large cities. Afterwards, an analysis of life in metropolises is made based on the readings of Louis Wirth, William Foote Whyte, Erwin Goffman, and Marshal Berman. Regarding the chosen format, a timeline of the history of the documentary is established, in which the definitions presented by Fernão Ramos, Bill Nichols, John Grierson and Jean-Louis Comolli are discussed, complemented by Arlindo Machado's reflections on the *in loco* interviews. Regarding the methodological part, the contributions of Pedro Demo and Maria Immacolata Vassallo de Lopes on communication research are used, as well as the writings of Roberto Damatta on social anthropology and the analyses of Anne Goliot-Lété and Francis Vanoye on the structuring of the films.

Keywords: Largo da Ordem. Curitiba. Urbanism. Documentary. Public safety.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.2 OBJETIVOS.....	11
1.2.1 Objetivo geral.....	11
1.2.2 Objetivos específicos.....	11
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	11
2.1 MORTE E VIDA DE GRANDES CIDADES.....	12
2.1.1 O urbanismo ortodoxo.....	13
2.1.2 A calçada e a segurança pública.....	15
2.2 PARANÓIA E ESPETÁCULO.....	18
2.3 A VIDA URBANA.....	20
2.4 O DOCUMENTÁRIO.....	24
2.5 A ENTREVISTA <i>IN LOCO</i>	28
3 METODOLOGIA.....	30
3.1 A PESQUISA EM COMUNICAÇÃO.....	30
3.2 O TRABALHO DE CAMPO.....	32
3.3 ANÁLISE FÍLMICA.....	35
4 ARGUMENTO.....	36
4.1 SÁBADO À NOITE, LARGO DA ORDEM.....	37
4.2 O RESTAURANTE ÁRABE.....	38
4.3 A GUERRA DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.....	40
5 RESULTADOS.....	42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

Quando se pensa em apresentar a cidade de Curitiba a um visitante, talvez o primeiro destino que venha à cabeça seja a Feira do Largo da Ordem. Estabelecida há mais de 50 anos, a feira toma conta das charmosas vielas coloniais da capital paranaense aos domingos de manhã, com cerca de 800 barracas, onde expositores apresentam peças de artesanato, antiguidades, cosméticos, bijuterias, opções gastronômicas, entre outros. Todos os fins de semana, recebe cerca de 25 mil visitantes (O Guia Turístico de Curitiba, 2019, on-line).

Horas antes da feira, o Largo é o grande palco da boemia curitibana. Os antigos casarões dos séculos XVIII e XIX hoje abrigam, em sua maioria, bares e baladas que funcionam até o meio da madrugada. Saindo do cruzamento da Rua São Francisco com a Barão do Serro Azul, chegando na Praça Garibaldi e dobrando a esquina na Rua Trajano Reis, o “circuito de bares” curitibano garante a manutenção de um comércio saudável na região, com opções para gostos e bolsos variados.

Mas além da boa arquitetura e vida noturna badalada, o Largo da Ordem é também um retrato da pouca eficácia das políticas de segurança pública implementadas pela Prefeitura de Curitiba nos últimos anos. Notório ponto de atuação do tráfico de drogas, o Largo é palco de constantes operações policiais, cada vez mais truculentas e agressivas, que pouco interferem na incidência de crimes na região.

Exemplo disso é a Operação Integrada I, lançada pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná (Sesp) e pela Prefeitura de Curitiba no dia 31 de janeiro de 2023. A operação reuniu mais de 200 agentes e 80 viaturas das polícias Civil, Militar, Penal e da Guarda Municipal para realizar policiamento ostensivo e combater a criminalidade nos bairros do Centro, Parolin e Padro Velho. Áreas com maior número de ocorrências, especialmente das 18h às 00h, receberam reforços das forças de elite da Polícia Militar: o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), as Rondas Ostensivas da Natureza Especial (Rone), a Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas (Rocam) e a Polícia de Choque (Agência Estadual de Notícias, 2023, on-line).

Mesmo com o aumento no policiamento, o ano de 2023 registrou 1595 chamados para atendimentos em caso de roubo na região central, frente aos 1407 chamados de 2022, conforme dados da Sesp (CBN Curitiba, 2024, on-line). Até o mês de dezembro de 2024, a região do Largo da Ordem já registra três assassinatos no ano – o de Erich Ernani Scurupa de Araújo, morto à tiros na noite do dia 31 de março (G1 PR, 2024, on-line); o de Marcelo de Oliveira

Santos, esfaqueado no início da tarde do dia 19 de junho (RIC, 2024, on-line); e o de um homem não identificado, morto à tiros na noite do dia 31 de agosto (Tribuna, 2024, on-line).

Outro objetivo central das ações policiais é combater a perturbação do sossego na região. É o caso da operação “Largo da Ordem mais seguro”, lançada no dia 12 de maio de 2023 (Massa News, 2023, on-line). Não é preciso muito esforço para perceber que uma operação que busca combater a perturbação do sossego na região mais boêmia da cidade busca, de fato, acabar com o movimento noturno no local. Desde a intensificação da atuação policial no Largo da Ordem, em 2023, comerciantes têm se queixado que as operações pouco fizeram para combater o tráfico de drogas, mas foram muito eficazes em afastar clientes (Plural, 2023, online).

O Largo da Ordem se encontra em uma posição peculiar, do ponto de vista urbanístico. Se por um lado é um dos pontos turísticos de maior sucesso da capital, por outro é um exemplo da pouca eficácia de políticas de segurança pública antiquadas. Enquanto muitas capitais brasileiras sonham em ter uma ocupação 24 horas de seus centros históricos, com públicos diversos que vão de famílias à jovens universitários, Curitiba enxerga a vida noturna no Largo como parte do problema, e aposta na repressão policial e no esvaziamento das ruas como solução.

Mas, além de suas especificidades, os dilemas enfrentados no Largo estão longe de ser exclusivos. O processo de esvaziamento e aumento da violência nos centros históricos é um fenômeno que atinge todo o país. Desta forma, olhar para a região é olhar para um microcosmo que permite avaliar a forma como as grandes cidades brasileiras têm lidado com suas regiões mais antigas.

Tendo em vista a problemática apresentada, o presente trabalho propõe a produção de um documentário sobre segurança pública no Largo Ordem, intitulado *Na beira do Largo*, a partir da análise dos usos do espaço urbano para trabalho, lazer e moradia. A principal base teórica da produção é o livro *Morte e vida de grandes cidades* (2022), da escritora Jane Jacobs, publicado originalmente em 1961. A partir de um estudo antropológico das metrópoles norte-americanas, a autora defende que a segurança pública não é alcançada através de policiamento ostensivo, mas sim por uma rede de comportamentos espontâneos que acontecem na comunidade, como o monitoramento das calçadas feito por moradores de prédios.

Além disso, a ocupação 24 horas do espaço, através de comércios que funcionem durante a madrugada, também é essencial para a garantia da segurança nas ruas. Uma cidade segura depende do uso misto de suas edificações – um mesmo bairro deve contemplar trabalho, lazer e moradia. O documentário a ser produzido pretende, através de entrevistas, narrar as

histórias de pessoas que tiveram sua trajetória marcada pelo Largo da Ordem, cada uma contemplando um dos usos do espaço urbano previamente citado.

A proposta apresentada neste trabalho surge da necessidade de evidenciar a insuficiência das políticas de segurança pública aplicadas no centro histórico pela Prefeitura de Curitiba, que aposta na ação violenta das forças policiais e impede o desenvolvimento do comércio, a prática do lazer e o exercício do direito à moradia. A modalidade audiovisual se apresenta como a mais adequada para a produção pois, além de o recurso da imagem ser capaz de transportar o telespectador ao espaço urbano, permite que a narração das histórias seja feita pelo próprio entrevistado. Como principal inspiração, devo citar os filmes *Cabra marcado para morrer* (1984) e *Edifício Master* (2002), ambos de Eduardo Coutinho.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Denunciar as medidas de urbanismo implementadas pela Prefeitura de Curitiba na região do Largo da Ordem e como elas tem contribuído com a falta de segurança.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Documentar as histórias pessoais de indivíduos que tiveram suas vidas afetadas pela da atuação do Estado na região.
- b) Documentar o cotidiano de quem frequenta o Largo da Ordem.
- c) Expor as consequências da violência policial na região.
- d) Documentar as dificuldades da luta pela moradia na região.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para entender acerca do funcionamento das metrópoles e as dinâmicas que tomam conta do espaço urbano, bem como sobre a relação entre urbanismo e segurança pública, usaremos como ponto de partida o livro *Morte e vida de grandes cidades* (2022), de Jane Jacobs. Depois, trazendo o debate do urbanismo à América Latina, serão analisadas as configurações de desenvolvimento urbano descritas por Néstor García Canclini em *Imaginários culturais da*

cidade: conhecimento/ espetáculo/ desconhecimento (2008). A fim de analisar o convívio interpessoal nas grandes cidades, tomaremos como base as escritas de Louis Wirth, em *O urbanismo como modo de vida* (1967), e de William Foote Whyte, em *Sociedade de esquina* (2005).

Então, *A representação do Eu na vida cotidiana* (2002), de Erwin Goffman, estabelece a discussão acerca da natureza das interações entre indivíduos no meio urbano. Depois, trazemos a reflexão estabelecida por Marshall Berman em *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade* (1986), que comenta sobre os impactos das reformas urbanas nas relações interpessoais.

Para justificar a escolha da modalidade de documentário, será feita uma definição do formato a partir dos conceitos definidos por Fernão Ramos, em *Mas afinal... O que é mesmo um documentário?* (2008), por Bill Nichols, em *Introdução ao documentário* (2005), e por John Grierson, em *Princípios iniciais do documentário* (2011). Além disso, será discutida a evolução histórica do gênero documentário, através das modificações sofridas pela modalidade ao longo das décadas e seu papel político, a partir do texto *Ver e Poder – a inocência perdida* (2006), de Jean-Louis Comolli.

Por fim, para apresentar a importância da realização de entrevistas *in loco* na produção de um material jornalístico, será retomada a discussão estabelecida por Arlindo Machado *A televisão levada à sério* (2000).

2.1 MORTE E VIDA DE GRANDES CIDADES

Em *Morte e vida de grandes cidades* (2022), a escritora Jane Jacobs se propõe a investigar a causa da violência, abandono e decadência dos grandes centros urbanos, além de apresentar os caminhos para a construção de cidades mais saudáveis, através de uma crítica aos processos de reurbanização que tomaram conta das metrópoles norte-americanas a partir do pós-guerra.

Jacobs (2022) começa seu texto fazendo uma análise sobre a relação entre o urbanismo ortodoxo no distrito de North End, em Boston (EUA), conhecido como um bairro degradado e tomado por cortiços. Apesar da reputação da região, ao visitá-la, em 1959, a autora se deparou com uma comunidade renovada, com prédios reformados, comércio saudável e ruas movimentadas. Dados indicavam que o bairro possuía um dos menores índices de criminalidade e uma das menores taxas de mortalidade da cidade. Os urbanistas ortodoxos, porém, ainda

encaravam o bairro como um problema urbanístico por conta de sua alta densidade populacional.

A autora, então, compara os métodos do urbanismo ortodoxo aos da medicina do século XIX, que negava evidências a fim de sustentar dogmas do campo. “Como na pseudociência da sangria, também na pseudociência da reurbanização e do planejamento urbano, anos de aprendizado e uma infinidade de dogmas misteriosos e intrincados apoiaram-se num alicerce de absurdos” (Jacobs, 2022, p. 20).

2.1.1 O urbanismo ortodoxo

Jacobs (2022), então, se dedica a apresentar as principais correntes do urbanismo que levaram à criação do urbanismo ortodoxo. A começar, é apresentado o modelo do “Cidade-Jardim”, criado pelo jornalista inglês Ebenezer Howard, em 1898. Estas cidades eram pequenos núcleos habitacionais que deveriam substituir as grandes metrópoles, já que Howard entendia a aglomeração como um fenômeno contrário à natureza humana.

A Cidade-Jardim seria rodeada por um cinturão agrícola, havendo territórios pré-determinados para a instalação de indústrias, escolas, moradias e áreas verdes. Estabelecimentos comerciais e centros culturais e esportivos deveriam estar posicionados no centro da pequena cidade.

O conjunto de cidade e do cinturão verde deveria ser permanentemente gerido pela administração pública sob a qual a cidade tivesse nascido, de modo a evitar a especulação ou mudanças supostamente descabidas do uso da terra, e também afastar a tentação de aumentar sua densidade – resumindo, a evitar que ela se tornasse uma cidade grande. A população máxima não deveria ultrapassar 30 mil habitantes (Jacobs, 2022, p. 23)

O modelo de Howard nunca se debruçou sobre questões como a complexidade cultural das metrópoles ou segurança pública, pois pregava a extinção da grande cidade. A Cidade-Jardim foi extensivamente replicada na Europa e nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, através da criação de cidades satélite – núcleos urbanos exclusivamente residências que deveriam rodear as metrópoles. Aos urbanistas que seguiam os métodos de Howard, Jacobs (2022) resgata a alcunha dada por Catherine Bauer: “descentralizadores”. “O resultado imediato do planejamento regional, segundo a visão deles, deveria ser descentralizar as grandes cidades, reduzi-las, e dispersar as empresas e a população em cidades menores e separadas” (Jacobs, 2022, p. 24).

A ideia predominante entre esses urbanistas era de que a rua era algo ruim e perigoso, e casas deveriam estar longe do asfalto, cercadas por áreas verdes. A unidade básica da cidade deixa de ser a rua ou a quadra, passando a ser uma superquadra – um pequeno núcleo urbano com espaço delimitado para comércio, moradia e lazer. Para os descentralizadores, a comunidade deveria ser um espaço ilhado e autossuficiente, que almejava o sentimento de isolamento e privacidade.

Na década de 1920, o arquiteto francês Le Corbusier planejou a cidade imaginária “Le Radieuse”, um centro urbano que aplicava a ideia da separação das Cidade-Jardim a uma grande metrópole, com áreas delimitadas para comércio, moradia e parques. A cidade de Le Corbusier teria arranha-céus para abrigar sua população, que deveriam ocupar apenas 5% do solo. Pessoas de classe-alta habitariam moradias baixas e luxuosas, que ocupassem 15% do terreno. O arquiteto definiu seu projeto como uma “Cidade-Jardim Vertical”.

Os carros ocupavam um papel central na cidade de Le Corbusier. Entre os arranha-céus, enormes vias expressas permitiriam o tráfego de centenas de carros simultaneamente, enquanto veículos pesados como caminhões utilizariam vias subterrâneas.

Embora os descentralizadores tenham reprovado as ideias de Le Corbusier, o arquiteto conquistou seguidores em todos os cantos do mundo, que aplicaram suas ideias na construção de habitação popular a partir da metade do século XX. Prédios altos e idênticos uns aos outros, cercados por áreas verdes, sem comércio ou lazer próximo e acessados exclusivamente por carros se tornaram a nova moda da arquitetura.

A última peça no quebra-cabeças de Jacobs (2022) é o movimento “City Beautiful”, originado no final do século XIX, que buscava um resgate da arquitetura renascentista através de construções monumentais, centros administrativos grandiosos e longas esplanadas de prédios públicos. Apesar da arquitetura monumental do City Beautiful ter saído de moda, a sua concepção de grandes boulevards ficou.

Assim, Jacobs define o modelo predominante no urbanismo ortodoxo como “Cidade-Jardim Beautiful Radieuse”. Uma mescla das três concepções apresentadas previamente, que cria cidades com grandes avenidas de prédios públicos vazias, com complexos habitacionais enormes, cercados apenas por áreas verdes, e centros comerciais e culturais distantes, que dependem de grandes vias expressas para serem acessados.

O modelo em questão, além de ter influenciado obras de reurbanização em quase todas as grandes cidades norte-americanas, chegou com força no Brasil dos anos 1960. Um de seus

exemplos mais primorosos é a cidade de Brasília. Em Curitiba, podemos citar o bairro do Centro Cívico como um todo e a Travessa Nestor de Castro, via expressa que rasga o centro histórico da cidade.

2.1.2 A calçada e a segurança pública

No próximo capítulo, Jacobs (2022) se dedica a analisar a função das calçadas nas metrópoles. A autora explica que as calçadas são mais que apenas abrigar pedestres ou veículos, mas seu conceito por si só é uma abstração, pois é caracterizada pelos elementos ao seu redor. Uma calçada cercada por comércios é movimentada, enquanto uma cercada por terrenos vazios raramente é visitada. “As ruas e suas calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais” (Jacobs, 2022, p. 30).

Sendo a calçada o principal ponto de convívio nas metrópoles, uma calçada segura implica em uma cidade segura. Diferente das pequenas cidades, onde a sensação de segurança é gerada pela familiaridade dos habitantes entre si, nas metrópoles é preciso haver a sensação de segurança entre desconhecidos. Caso não haja essa sensação, menos pessoas frequentam as calçadas, o que as torna ainda mais inseguras.

É suficiente, por enquanto, dizer que, se pretendemos preservar uma sociedade urbana capaz de diagnosticar problemas sociais profundos e mantê-los sob controle, o ponto de partida deve ser, em qualquer característica, encorajar as forças viáveis para a preservação da segurança e da civilização – nas cidades que temos. Construir distritos onde comumente são praticados crimes banais é idiotice. Ainda assim, é isso o que fazemos (Jacobs, 2022, p. 31)

Segundo Jacobs (2022), a ordem pública não é mantida pela polícia, mas sim pelos habitantes de uma comunidade, através de uma rede intrincada de padrões de comportamentos espontâneos. Os lugares mais caóticos de uma cidade são justamente aqueles que mais recebem patrulhamento policial e serviços de guarda particulares, enquanto os mais seguros são aqueles com uma comunidade saudável e ativa.

Ao contrário do que o urbanismo ortodoxo defende, Jacobs (2022) argumenta que diminuir a densidade das cidades não implica em uma redução na criminalidade. Como exemplo disso, a autora compara Nova York a Los Angeles, cidade com menos da metade da densidade populacional da primeira. Dados de 1958 apontam que Nova York tinha um índice de 90,9 assaltos a cada 100 mil habitantes, enquanto Los Angeles tinha um índice de 185. Quanto a crimes graves, eram 2507,6 para cada 100 mil habitantes em Los Angeles, comparados com os 1634,5 de Nova York.

Enquanto isso, bairros notoriamente densos, como o de North End, em Boston, com área de uso misto, repleto de comércios, moradias e pedestres de todos os tipos, apresentavam índices de criminalidade baixíssimos.

Jacobs (2022), então, descreve três características necessárias a uma rua segura: 1) deve haver nítida separação do espaço público e privado; 2) deve haver olhos na rua. A moradia deve estar voltada diretamente à rua, a ponto que moradores possam identificar estranhos e garantir a segurança deles; 3) a rua deve ter movimento constante, tanto para aumentar o número de olhos na rua, quanto para encorajar que aqueles na soleira dos prédios reparem nas calçadas.

As ruas devem não apenas resguardar as cidades de estranhos que depredam: devem também proteger os inúmeros desconhecidos pacíficos e bem-intencionados que as utilizam, garantindo também a segurança deles. Além do mais, nenhuma pessoa normal pode passar a vida numa redoma, aí se incluem as crianças. Todos precisam usar as ruas (Jacobs, 1961. p. 34)

A autora pontua que, no entanto, não é possível forçar pessoas a vigiar ou frequentar determinadas ruas. O processo deve ser informal e espontâneo, havendo um motivo para que ocorra. Aí entra o papel central de lojas, bares e restaurantes nas ruas das grandes cidades, que agem como atrativos para a calçada. Para a construção de uma rua segura, deve haver comércio tanto no dia quanto à noite.

Segundo Jacobs (2022), o comércio tem quatro funções principais: 1) dá uma razão para pessoas frequentarem as ruas; 2) faz com que as pessoas percorram trechos que não são de interesse público para chegar ao seu destino, ocupando uma área maior da calçada; 3) lojistas e pequenos comerciantes incentivam a segurança para conquistar clientes e, quantos mais recebem, mais olhos voltam-se a rua; 4) a própria movimentação de pessoas que vão ao trabalho ou procuram um lugar para comer constitui em si um atrativo para frequentar a rua. A presença de pessoas atrai pessoas.

Desta maneira, tanto um bar quanto uma comunidade de jovens da igreja ocupam uma função similar para o funcionamento da cidade – o de movimentar a rua. “As cidades não apenas têm espaços para essas diferenças e outras mais em relação a gostos, propósitos e ocupações; também precisam de pessoas com todas essas diferenças de gostos e propensões” (Jacobs, 2022, p. 37).

Quando se fala em segurança na madrugada, o principal ponto levantado é o da iluminação pública. Jacobs (2022), porém, destaca que não há menor importância quanto à iluminação pública se não há olhos na rua. Caso ninguém esteja vendo, crimes acontecem da mesma maneira. Desta forma, estabelecimentos como bares, que fecham no meio da madrugada

ou mesmo permanecem abertos até o amanhecer, são essenciais para a segurança pública, ao contrário do que dizem os moralistas.

A autora então, volta-se para analisar os conjuntos habitacionais modernos construídos em Nova York, inspirados pelos conceitos da Ville Radieuse de Le Corbusier. Os conjuntos são erguidos em prédios enormes separados por amplos espaços verdes, conectados por ruas vazias – mesma filosofia que guia a habitação popular brasileira até os dias de hoje. As ruas, como espaço de convívio, são trocadas pelos corredores, que vazios e sem monitoramento acabam palco de atos de vandalismo, como o roubo de lâmpadas.

Jacobs (2022) se debruça então sobre a experiência do conjunto habitacional que chama de Blenheim Houses localizado no Brooklyn, em Nova York. A fim de lidar com o problema do vandalismo, os projetistas abriram os corredores para que as torres vizinhas pudessem vê-los. O resultado foi uma grande diminuição em ocorrências de vandalismo nestes espaços, com os corredores inclusive se tornando um importante espaço de convivência para a comunidade.

Os corredores acabaram assumindo o papel da rua. Atividades comunitárias, como piqueniques, passaram a ocupar os corredores do Blenheim Houses, porém as ações foram repreendidas pela administração, que alertava moradores que o espaço não havia sido planejado para tal. Atos de vandalismo, no entanto, continuaram acontecendo em espaços fechados, como elevadores e escadas de incêndio.

Outro problema que tomou conta dos conjuntos habitacionais foi a formação de gangues. Enquanto os habitantes mais jovens estavam apenas acostumados a conviver com pessoas de sua própria comunidade, começaram a formar gangues para impedir que moradores de outros conjuntos adentrassem seus parques e suas ruas. As brigas de gangues culminam ao ponto de, em 1956, o Conselho juvenil da Cidade de Nova York delimitar o território dos grupos e exigir que as fronteiras fossem respeitadas por membros, em uma clara violação do direito de livre locomoção dentro do espaço urbano.

Assim como os trabalhadores do Conselho juvenil, também os construtores e os moradores da Ville Radieuse e da Cidade-Jardim Radieuse e da Cidade-Jardim Beautiful Radieuse têm um impedimento genuíno e precisam lidar com ele da melhor maneira possível com os recursos empíricos de que dispõem. Têm pouca escolha. Onde quer que surja uma cidade reurbanizada o conceito do Território vem junto, porque a cidade reurbanizada despreza a função fundamental da rua e, com ela, necessariamente a liberdade da cidade (Jacobs, 2022, p. 43)

Jacobs (2022) conclui que, para a criação de ambientes urbanos saudáveis, é essencial a presença de moradias e comércios, movimento de desconhecidos e olhos na rua. Todo o cidadão desempenha a função de vigia quando está em casa, e de desconhecido quando caminha por

outro canto da cidade. Essa rede de comportamentos orgânicos é o que garante a segurança e funcionamento das metrópoles.

Sob a aparente desordem da cidade tradicional, existe, nos lugares em que ela funciona a contento, uma ordem surpreendente que garante a manutenção da segurança e a liberdade. É uma ordem complexa. Sua complexidade é a ordem de uso das calçadas, que traz consigo uma sucessão permanente de olhos (Jacobs, 2022, p. 43)

Segurança pública é, acima de tudo, um trabalho de prevenção. No Brasil, especialmente em períodos eleitorais, costumamos ouvir que a segurança pública é responsabilidade do governo do estado, não da prefeitura. Porém, como foi estabelecido neste capítulo, a atuação das forças policiais é apenas a ponta do *iceberg*. Construir cidades com áreas de uso misto e garantir o funcionamento dessa rede de comportamentos que garante a segurança de uma rua é tão fundamental quanto uma boa administração das policiais. Nesse sentido, as prefeituras são tão responsáveis pela segurança pública quanto os governos estaduais.

2.2 PARANÓIA E ESPETÁCULO

Nesta parte, trazemos o debate do urbanismo para a América Latina, analisando o texto *Imaginários culturais da cidade: conhecimento/ espetáculo/ desconhecimento* (2008), do antropólogo argentino Néstor García Canclini.

Canclini (2008) inicia o texto com a afirmação de que não é possível definir o que é uma cidade, e nem ao menos definir o que são suas representações particulares, como São Paulo, Tóquio, Buenos Aires e Paris. Se ao longo do século XX foi estabelecido que a cidade era apenas o oposto do campo, hoje é preciso enxergá-la como algo além da demarcação territorial, edificações e interações entre os habitantes. O sentido do urbano se forma ao redor da informação narrada nos jornais, rádio e televisão sobre o que acontece no dia a dia. A experiência urbana é diferente para cada um de seus habitantes.

Assim, o autor explica que os centros urbanos são tomados por uma tensão chave entre as totalizações produzidas pelas descrições científicas e as destotalizações geradas pelo imprevisto, que geram desconfiança nos conhecimentos oriundos de pesquisas e estatísticas. O antropólogo, então, analisa três configurações do desenvolvimento urbano moderno: as cidades do conhecimento, as cidades do espetáculo e as cidades multiculturais.

As cidades do conhecimento são aquelas que a informação dá lugar ao trabalho fabril, e são movidas pela renovação digital e pela informática. São “cidades desenhadas para propiciar um desenvolvimento econômico baseado no conhecimento científico, nas tecnologias

avançadas de informação e numa fluida interconectividade global” (Canclini, 2008, p. 17). São exemplos desse tipo de desenvolvimento cidades como Seattle e Boston, nos Estados Unidos, e Cambridge e Manchester, na Inglaterra.

No entanto, o investimento em tecnologia vem muitas vezes acompanhado de uma espetacularização, especialmente em cidades do sul global, onde problemas sociais graves permeiam o espaço urbano. O autor cita o caso de Monterrey, no México, que um dia foi a capital siderúrgica da América Latina. Com o fechamento das fábricas, houve um movimento para transformar a cidade em um polo de conhecimento, e os galpões vazios deram lugar uma enxurrada de museus.

Alguns acadêmicos e meios jornalísticos perguntavam se o enorme investimento em novos edifícios que museificavam a cidade não deveriam ter-se destinado a resolver problemas crônicos de infraestrutura que cada ano obrigam a enfrentar inundações, cortes de luz e outras deficiências nos serviços. Reconversão ou eufemização? (Canclini, 2008, p.19)

As cidades do espetáculo são emblemas da globalização que concentram inovações urbanísticas e se tornam uma vitrine daquilo que podem oferecer ao mundo. São exemplos Berlim, Nova York e Barcelona. Em contraste, no sul global, predominam as cidades paranoicas. Lugares que um dia foram destinos desejados por turistas e investidores, mas hoje encontram-se tomadas pela insegurança, repletas de assaltos, tráfico de drogas e pessoas em situação de rua. O autor cita como exemplos Buenos Aires, Caracas, Lima, Cidade do México e Rio de Janeiro.

Nas cidades paranoicas, o espetáculo e a deterioração se confundem. Esse fenômeno é observado na ascensão do turismo alternativo, no qual visitantes procuram conhecer áreas empobrecidas em uma busca pela “real cara” da cidade. No Rio de Janeiro, por exemplo, estrangeiros fazem fila para participar de visitas guiadas pelas favelas.

Por fim, nas cidades multiculturais, a cidade histórica convive com a industrial, com diferentes religiões, línguas e povos. São cidades como Nova York, Londres, Berlim e Paris, onde cristãos, muçulmanos, judeus, agnósticos, africanos, latino-americanos, asiáticos e pessoas de todos os cantos, crenças e línguas habitam um mesmo centro urbano.

Vários aspectos dos diferentes modelos citados podem ser encontrados em uma mesma cidade, e Curitiba não é exceção. Projetos como o da Rua da Memória, parte de uma série de obras que buscam revitalizar o setor histórico da cidade, são exemplos claros da espetacularização. Anunciado em janeiro de 2024, o projeto prevê uma reestruturação completa da Travessa Nestor de Castro: a via expressa passará a ser subterrânea, dando lugar a um

calçada que irá conectar o Largo da Ordem à praça Tiradentes. (Prefeitura Municipal de Curitiba, 2024, on-line).

O que poderia ser uma mudança bem-vinda para o espaço urbano, tem um porém – os comércios da região serão desalojados para abrigar a Rua da Memória, museu anexo ao Memorial da Cidade. No lugar de estabelecimentos que funcionam até 22h, ou mesmo 24h por dia, será instalado um museu que opera até as 17h. Uma forma criativa de sufocar o movimento de uma região já esvaziada, garantindo que a sensação de insegurança tome conta da madrugada.

Na Feira do Largo da Ordem o espetáculo e paranoia convivem lado a lado. As forças de segurança pública se concentram nos arredores para garantir que a atração turística aconteça sem maiores problemas, criando uma vitrine da cidade em meio a uma de suas regiões mais perigosas. Todos os domingos, das 9h às 14h, o Largo da Ordem precisa ser perfeito.

2.3 A VIDA URBANA

Neste capítulo, será discutido o convívio dentro de grandes cidades e como se dá a relação entre desconhecidos neste ambiente. Para isso, é preciso resgatar as ideias de Louis Wirth, em *O urbanismo como modo de vida* (1967), de William Foote Whyte, em *Sociedade de esquina* (2005), de Erwin Goffman, em *A representação do Eu na vida cotidiana* (2002) e de Marshall Berman, em *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade* (1986).

Segundo Wirth (1967), a cidade é responsável por interligar diferentes povos e culturas dentro de sua órbita. Além de ser o local de trabalho e moradia do homem moderno, é também um controlador da vida política e econômica. “Uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos” (Wirth, 1967, p. 95).

Sendo a cidade uma grande comunidade formada por indivíduos que não se conhecem intimamente, faz-se necessária a comunicação através de representantes de determinados grupos. Neste caso, a voz individual perde importância, e a voz de um representante torna-se essencial para a articulação de exigências, direitos e outras vontades da comunidade.

A necessidade pela formação de grupos e a figura de um representante pode ser observada nos estudos de Foote Whyte (2005). Em 1937, o sociólogo voltou-se ao estudo de um bairro italiano na cidade de Boston, nos Estados Unidos, o qual chama de Cornerville. Lá,

observou a formação de gangues de jovens e forma como articulavam suas demandas dentro da comunidade.

As gangues se dividiam de forma hierárquica, com sua posição definida de acordo com sua “confiabilidade”. Todos os membros de uma gangue possuem obrigações mútuas, e a “confiabilidade” dos membros é ditada pela sua capacidade de realizar essas obrigações. No âmbito financeiro, por exemplo, é esperado que indivíduos perto do topo da hierarquia social gastem mais dinheiro em atividades do grupo do que quem está abaixo.

Os membros da gangue das posições mais baixas da hierarquia possuem menos experiência na realização das atividades da gangue, portanto tem menos habilidade em se adaptar a situações adversas. Esses membros costumam seguir uma rotina regrada, sempre interagindo com as mesmas pessoas e realizando as mesmas tarefas. Os membros próximos ao topo da hierarquia possuem mais experiência e, portanto, conseguem lidar com situações adversas com facilidade, sem perder o controle. São os encarregados de tomar decisões importantes dentro do grupo.

Segundo Foote Whyte (2005), toda a comunidade de Cornerville é dividida entre “pessoas graúdas”, “pessoas miúdas” e os intermediários, que faziam a comunicação entre os dois grupos. Não é diferente no caso das gangues. Dentro de uma gangue, indivíduos da base da hierarquia eram “pessoas miúdas”, enquanto os líderes da eram “pessoas graúdas”. Ao analisar o bairro como um todo, todos os membros das gangues eram “pessoas miúdas”, que dependiam de intermediários para alcançar os políticos da região – nesse caso, “pessoas graúdas” – para comunicar as necessidades do grupo.

Estas interações interpessoais carregam uma importância fundamental no convívio entre moradores do bairro e, portanto, é preciso analisá-las de forma mais detalhada. Para isso, tomaremos como base *A representação do Eu na vida cotidiana* (2002), do sociólogo Erwin Goffman.

Goffman (2002) explica que toda a interação começa com um momento de definição da situação. Quando se depara com outra pessoa, o indivíduo procura pistas em sua apresentação que irão guiar o tratamento. Da mesma forma, é de seu interesse gerar uma impressão naqueles ao seu redor, a fim de regular a maneira como será tratado. Isso pode envolver a mentira, com a intenção de induzir outros ao erro, transparecer como realmente se sente ou ainda causar uma impressão indefinida.

Esta forma de controle sobre o papel do indivíduo restabelece a simetria do processo de comunicação e monta o palco para um tipo de jogo de informação, um ciclo

potencialmente infinito de encobrimento, descobrimento, revelações falsas e redescobertas (Goffman, 2002, p. 17)

A dinâmica entre “pessoas graúdas”, “pessoas miúdas” e intermediários em Cornerville explicita o comportamento detalhado por Goffman (2002). É evidente que a impressão que um membro gangue deseja causar em uma interação com outro membro gangue é diferente da impressão que deseja causar em uma interação com uma liderança política da comunidade. É essa expertise em captar sinais e entender como deve se portar em determinada situação que divide membros mais experientes, aptos a participar de discussões políticas, de membros menos prestigiados.

Todos os participantes de uma determinada interação contribuem para uma definição geral da situação, a partir da observação dos signos emitidos por quem está ali presente. Essa definição não se trata de um acordo real sobre o que está acontecendo, mas sim sobre quais pretensões de qual indivíduo serão aceitas pelo grupo. Esse acordo é o que Goffman chama de “consenso operacional”.

Dessa forma, a informação inicial, emitida ou capitada pelos indivíduos, é essencial na definição da situação. As decisões a serem tomadas dali em diante serão baseadas nessa impressão inicial. Ao longo da interação, a definição inicial acaba sendo modificada, mas é importante que as informações posteriores não entrem em contradição com a inicial, o que pode, por exemplo, expor uma mentira.

As articulações políticas dentro da comunidade eram especialmente importantes, vista a posição de pouco prestígio dos imigrantes italianos na época. Portanto, estar atento às minúcias das interações era fundamental. Segundo Foote Whyte (2005), as classes altas os viam como pessoas indesejadas e que não compartilhavam dos valores estadunidenses. Na década de 1930, italianos não conseguiam bons empregos e, acima de tudo, não ocupavam cargos que lidavam diretamente com a comunidade, como os de policial, professor, bombeiro e assistente social.

Wirth (1967) explica que esse atrito entre grupos é parte essencial do convívio urbano, provocado pelo acelerado ritmo do cotidiano nas grandes cidades. O convívio direto no meio urbano acabou aguçando diferenças sociais e escancarando desigualdades. Para remediar esse atrito, a criação de espaços coletivos, como centros educacionais, culturais e recreativos são essenciais. Neste caso, é preciso renunciar à individualidade e priorizar o convívio coletivo.

Neste contexto, as massas passam a ser controladas através de instituições distantes, como a mídia. “As massas estão sujeitas à manipulação por símbolos e estereótipos comandados por indivíduos operando de longe, ou invisivelmente por trás dos bastidores, através do controle dos meios de comunicação” (Wirth, 1967, p. 110).

O processo descrito por Wirth (1967) é intensificado após a Segunda Guerra Mundial, com a consolidação do urbanismo ortodoxo, como explicado por Jacobs. Em *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade* (1986), Marshall Berman se pôs a explicar como este modelo de urbanismo alterou de forma radical o convívio nos grandes centros urbanos.

Sob o planejamento do urbanista Robert Moses, a cidade de Nova York passou por grandes modificações nas décadas de 1950 e 1960, com bairros inteiros postos abaixo para a construção de vias expressas. Moses foi responsável pela consolidação do modelo de “cidades dormitório”, ligadas aos centros urbanos por largas rodovias.

Se antes o convívio urbano acontecia dentro do bairro, agora o cidadão dependia de um carro para transportá-lo de canto a outro. Sai o comércio de rua e entra a figura do *shopping center*. A cidade deixa de concentrar moradia, trabalho e lazer, passando a ser destinada apenas ao trabalho.

Ironicamente, então, no curto espaço de uma geração, a rua, que sempre servira à expressão da modernidade dinâmica e progressista, passava agora a simbolizar tudo o que havia de encardido, desordenado, apático, estagnado, gasto e obsoleto – tudo aquilo que o dinamismo e o progresso da modernidade deveriam deixar para trás (Berman, 1986, p. 299)

Antes repleta de comércios, moradia e pedestres, a rua passa a ser um lugar inacessível e sujo, feito para ser visto da janela do carro. Com ausência de “olhos na rua” e movimento constante, a calçada passa a ser um espaço inseguro e que deve ser evitado. A mobilização coletiva, que guiou o convívio urbano e a articulação de demandas de uma comunidade até então, é enfraquecida, e a massa se torna mais suscetível a manipulação de agentes externos. Além dos danos à segurança pública citados no capítulo anterior, a cidade reurbanizada também promove uma espécie de culto ao individualismo que dificulta a resolução de problemas coletivos. Pouco importa se a rua é segura ou não quando ela só é vista de dentro de um carro.

2.4 O DOCUMENTÁRIO

Para justificar a escolha pela modalidade de documentário, antes é preciso apresentar sua definição. Portanto, serão expostos diferentes conceitos de documentário a partir das discussões estabelecidas por Fernão Ramos, em seu texto *Mas afinal... O que é mesmo um documentário?* (2008), por Bill Nichols, em *Introdução ao documentário* (2005), e por John Grierson, em *Princípios originais do documentário* (2011). Será discutida também a evolução

do gênero documentário, as modificações que sofreu com o passar dos anos e a importância do seu papel político, como descrito por Jean-Louis Comolli, em *Ver e Poder – a inocência perdida* (2006).

Para Ramos (2008), o filme documentário é definido como uma forma cinematográfica que utiliza da captura de imagens reais com a intenção de fazer asserções sobre a realidade. Dessa forma, o filme é uma tentativa de compreender o mundo arredor a partir de um recorte específico. “Em poucas palavras, o documentário é uma narrativa com imagens-câmera que estabelece asserções sobre o mundo, na medida em que haja um espectador que receba essa narrativa como asserção sobre o mundo” (Ramos, 2008, p. 22).

Nichols (2005), por sua vez, acredita que não exista uma definição específica para documentário, sendo necessário fazer sua diferenciação a outros gêneros cinematográficos para estabelecer conceitos. Para o autor, por conta de diferenças artísticas, barreiras tecnológicas e convenções da época, aquilo que é considerado um documentário passou por mudanças ao longo das décadas. Para fazer essa diferenciação, o autor estabelece quatro categorias: a estrutura institucional, a comunidade dos profissionais, o *corpus* de texto e o conjunto de espectadores.

A estrutura institucional diz respeito às produtoras e distribuidoras de filmes, e seu poder de rotular o produto como documentário ou não. “Os documentários são aquilo que fazem as instituições e organizações que os produzem” (Nichols, 2005, p. 49). Convenções do gênero passam a ser características determinadas por estas produtoras – como é o caso do *voz-over*, característica considerada intrínseca aos documentários até os anos 1960, estabelecida pelos filmes de John Grierson, financiados pelo governo britânico na década de 1930.

A comunidade dos profissionais se refere aos documentaristas, que atendem a expectativas e suposições sobre seu trabalho. A estrutura institucional impõe limites e convenções, e cabe ao documentarista decidir acatá-las inteiramente ou não. Aos profissionais, cabe também estabelecer discussões éticas sobre seus temas e conquistar públicos específicos. “Nossa compreensão do que é um documentário muda conforme muda a ideia dos documentaristas quanto ao que fazem” (Nichols, 2005, p. 53).

O *corpus* de texto explica as características que pertencem ao documentário. Segundo o autor, para pertencer a um determinado gênero, o filme precisa seguir características comuns aos filmes daquele tipo. A lógica informativa, uso do *voz-over*, entrevistas, gravação de som direto, o uso de imagens para ilustrar ou complicar o que está em cena, o uso de atores sociais e a montagem linear são algumas das características que definem o documentário.

O conjunto dos espectadores trata das expectativas do público quanto ao que caracteriza um documentário. O pressuposto de que as imagens capturadas tratam do mundo que compartilhamos e não foram produzidas apenas para o filme se encaixa nessa categoria.

A partir destas quatro categorias, Nichols (2005) estabelece seis modos de produzir filmes documentários: modo poético, modo expositivo, modo observativo, modo participativo, modo reflexivo e modo performático.

O “modo poético” utiliza de associações visuais passagens descritivas e organização formal, próximo do cinema de vanguarda. O “modo expositivo” utiliza o comentário verbal e lógica argumentativa, forma mais comumente associada ao documentário.

O “modo observativo” usa de uma “câmera discreta”, que se insere no cotidiano dos personagens que representam o tema abordado. O “modo participativo” tem interação direta do cineasta no tema, com entrevistas ou outras formas de envolvimento ainda mais direto.

O “modo reflexivo” chama atenção para as convenções que predominam no cinema documentário, mostrando a construção da representação da realidade feita no filme. Por fim, o “modo performático” dá destaque a formas expressivas e subjetivas, rejeita a objetividade em favor do afeto.

Os modos de filmes documentário descritos por Nichols (2005) podem ser observados na linha do tempo traçada por Ramos (2008), que retrata a história da modalidade a partir dos valores éticos que guiaram sua produção ao longo do tempo.

Para o autor, o primeiro momento da história dos documentários, dos de 1930 a 1940, a produção foi dominada pela ética educativa. Filmes documentários eram elaborados com o intuito educativo, para orientar as massas de acordo com determinado ponto de vista. Documentários dessa época são caracterizados pela voz *over*, que sobrepõe a imagem e narra de forma explicativa o que deve ser entendido.

O campo de valores da ética educativa é formado pelo próprio conteúdo dos valores que veicula, sem que se atine para o estatuto, ou posição, do sujeito que o enuncia. Em outras palavras: se sou de esquerda e veiculo valores socialistas em meu documentário, estou cumprindo adequadamente com sua função social divulgando esses valores (Ramos, 2008, p. 35)

Sobre este período da produção de documentários, John Grierson (2011) afirma que, até dado momento, o simples uso de material natural na elaboração de um filme bastava para classificá-lo como documentário. No entanto, Grierson (2011) argumenta que é preciso tratar o documentário como uma categoria superior, diferenciando-o de outras formas como os filmes instrutivos e filmes de “novidades” – em sentido jornalístico e comercial.

O cineasta explica que o documentarista vai além do repórter ou do educador, pois não se limita a simples descrição de um material natural, mas faz “arranjos, rearranjos e formas criativas desse material” (Grierson, 2011, p. 7). Só desta maneira o documentário pode atingir as virtudes de uma arte. Grierson (2011), então, estabelece três princípios para o documentário: (1) O documentário não utiliza cenários artificiais, filma a forma viva e a história viva. (2) O ator nativo é o melhor guia para a interpretação daquele cenário. (3) O material real tem maior capacidade de atingir intimidade e conhecimento do que o material de estúdio.

Para o autor, não cabe àquele que faz cinema ficcional se envolver no mundo do documentário, e vice-versa. Como exemplo, o cineasta Robert Flaherty, diretor de *Nanook, o esquimó* (1922) e *Moana Sonoro* (1926), abandonou a lógica *hollywoodiana* para a produção de seus filmes, valorizando atores e imagens reais. Apesar da pressão do estúdio em transformar as gravações de *Moana* em um filme ficcional, Flaherty se manteve fiel aos princípios do documentário.

Outro exemplo é o de Walter Ruttmann, responsável por *Berlin, sinfonia de uma cidade* (1927). Ao contrário de Flaherty, que vai à lugares remotos para documentar o desconhecido, Ruttmann utiliza das técnicas do documentário para registrar o cotidiano em uma cidade moderna.

Seguindo a linha do tempo, Ramos (2008) estabelece o próximo momento da produção de documentários a partir da década de 1950. Com a chegada do pós-guerra, o documentário assume uma busca pela imparcialidade. É introduzida a *ética da imparcialidade/recuo*. Os fatos devem ser apresentados sem interferência do documentarista, para que o espectador tire suas próprias conclusões.

O quadro ideológico que cerca a ética da imparcialidade, na posição de recuo do sujeito-câmera, é o existencialismo fenomenológico dos anos 1950. O mundo deve ser oferecido em uma bandeja para que o espectador possa assumir de forma integral sua parcela de responsabilidade, seu engajamento (Ramos, 2008, p. 36)

Com a chegada dos anos 1960, a compreensão de que a imparcialidade é inalcançável domina a produção de documentários. Dessa forma, expor o viés da produção de forma clara se faz necessário. Ramos (2008) a chama de *ética interativa/reflexiva*.

Se a intervenção articuladora do discurso é inevitável, a narrativa deve jogar limpo e exponenciá-la, seja através de procedimentos narrativos na tomada, seja na própria articulação discursiva. A ênfase narrativa é em procedimentos estilísticos que demandam e determinam a participação/interação do sujeito-da-câmera no mundo (Ramos, 2008, p.37)

Jean-Louis Comoli (2006) atribui aos anos 1950 e 1960 importância fundamental no desenvolvimento dos filmes documentários. Segundo o autor, a partir destas décadas, a espetacularização do cinema acarretou uma mudança na lógica de consumo de filmes. Antes, o espectador era desafiado a crer na realidade construída a sua frente e utilizar elementos apresentados no filme, como a montagem, para elaborar sua conclusão.

Com o avanço da espetacularização do cinema, a lógica se inverte – principalmente após a chegada da televisão e dos jogos eletrônicos. O novo espectador não é desafiado pela ficção, tratada como mero espetáculo. Aqui, o espectador tem certezas sobre o que consome, enquanto as incertezas são deixadas aos personagens atrás das câmeras.

Os filmes documentários resgatam a lógica original, pois, como afirmaram Ramos (2008) e Nichols (2005), o filme trata de um comentário do diretor sobre a realidade, não de um mero espetáculo. Da mesma forma, por trás das câmeras não vemos personagens ficcionais, mas sim pessoas reais. Assim, o filme documentário assume o papel político de confrontar o espectador com uma interpretação da realidade.

John Grierson (2011) define este papel político como parte fundamental da produção de documentários. Quando confrontado com a grandiosidade visual de *Berlin, sinfonia de uma cidade*, o autor afirma: “A apreciação crítica do movimento é algo que podem construir com facilidade a partir do seu poder de observação e esse pode surgir do seu bom gosto; mas a verdadeira tarefa apenas começa quando aplicam fins à observação e ao movimento” (Grierson, 2011, p. 12)

Para Grierson (2011), é fundamental que a finalidade do filme esteja implícita no mesmo. A beleza estética de *Berlin* acabou por gerar dezenas de cópias sem significado algum. “Em cada cinquenta projetos, quarenta e cinco são sinfonias de Edimburgo, de Ecclefechan, de Paris ou Praga” (Grierson, 2011, p. 11). Ao contrário dos documentários românticos, como os de Flaherty, que lidam da figura romantizada do “bom selvagem”, o documentário realista, feito nas ruas e bairros das grandes cidades, carrega uma responsabilidade social.

Dando continuidade a linha do tempo estabelecida por Ramos (2008), o autor encerra o desenvolvimento do documentário na era da pós-modernidade, na qual é introduzida a *ética modesta*. O documentarista se entende com sujeito incapaz de compreender o mundo ao seu redor, e procura refletir sobre sua própria situação, para depois fazer asserções mais amplas. A narração, neste tipo de documentário, é feita em primeira-pessoa. “É o documentário que fala, antes de tudo, sobre si mesmo, para depois, eventualmente, arriscar-se a voos mais altos, nos quais enuncia sobre sua condição no mundo” (Ramos, 2008, p. 39).

O autor afirma que a espetacularização das produções modernas reduz o espectador a mero consumidor, portanto faz-se necessária a existência da crítica - não como ferramenta para alterar o mercado cinematográfico, mas para combater esta crise na consciência.

Para Comolli (2006), a crítica é motivada pelo amor do crítico à arte. Mas, críticas podem não ser elaboradas apenas pelo amor do crítico à obra, mas também quando julga que a obra é merecedora de sua crítica por sua relevância, positiva ou negativa. O crítico assume o lugar do espectador e analisa o filme a partir de seus aspectos técnicos e subjetivos, promovendo discussão pública sobre a permanência da obra e seu significado.

2.5 A ENTREVISTA *IN LOCO*

Neste capítulo, cabe definir a importância da entrevista *in loco* para a produção de um filme documentário. Para essa discussão, devemos nos atentar as reflexões de Arlindo Machado em *A televisão levada à sério* (2000), acerca da importância da entrevista e da liberdade do entrevistado.

Machado (2000) busca mostrar a importância do diálogo para a construção de uma narrativa televisiva. Em um primeiro momento, o autor estabelece a televisão como sucessora direta do rádio como meio de comunicação, portanto, é uma modalidade midiática voltada ao diálogo, e não ao visual. Isso pode ser percebido na preferência por cenas simples, sem grande composição, que costumam apenas mostrar aquele que fala dos ombros para cima, com eventuais imagens que ilustram o que é falado.

O autor prossegue explicando que não é possível colocar eventos audiovisuais distintos como uma transmissão ao vivo de uma partida de futebol, o pronunciamento de um presidente ou uma aula de culinária em pé de igualdade. É necessário, portanto, estabelecer gêneros que possam classificar esses eventos. O autor categoriza esses eventos em: formas formadas pelo diálogo, narrativas seriadas, telejornal, transmissão ao vivo, poesia televisual e videoclipe.

Para a discussão aqui estabelecida, acerca de filmes documentários, cabe apenas analisar os produtos televisivos formados pelo diálogo. Machado (2000) explica que, a partir da televisão, é possível resgatar os preceitos do diálogo socrático, no qual Sócrates colocava pessoas umas diante das outras e incentivava o debate. O filósofo conduzia a conversa, atento as contradições postas, mas sem nunca induzir o caminho a ser seguido ou a conclusão final.

Apesar deste tipo de diálogo não ser predominante dentro da televisão, o autor cita as séries dirigidas pelos cineastas Jean-Luc Godard e Anne-Marie Miéville para o Institut National de l'Audiovisuel (França), entre 1976 e 1978, como exemplos desse resgate.

Em um dos episódios de *Six fois deux* (1976), por exemplo, Godard coloca anúncios falsos de vagas de emprego em jornais, e recebe candidatos que buscam atender à vaga. Ao invés de entrevistá-los acerca de suas aptidões para a vaga, o cineasta os motiva a refletir sobre os problemas do mercado de trabalho de francês, passando por temas econômicos e políticos.

Na série *France/tour/détour/deux/enfants* (1978), o jornalista Robert Linard entrevista duas crianças na idade da alfabetização ao longo de doze episódios. O jornalista não as trata de forma infantilizada, mas estabelece uma conversa complexa que leva as crianças a discussões filosóficas sobre grandes oposições como palavra e imagem; luz e obscuridade; ruído e silêncio; amor e trabalho; criação e cópia; masculino e feminino; e consumo e produção.

O autor descreve a grandeza dos resultados obtidos pelos programas como consequência do método empregado, que resgata o diálogo socrático ao não induzir os entrevistados a chegar a determinadas conclusões ou definir previamente o que deveria ser falado.

Antes de mais nada, a eficácia do diálogo na televisão depende de uma autonomia real que se cede aos participantes. Não pode haver debate quando há o constrangimento de um *script* determinando o que se deve dizer, de que maneira dizê-lo, ou em que circunstância intervir (Machado, 2000, p. 79).

Machado (2000) explica que a construção de um diálogo filosófico na televisão depende do alcance de um novo “*timing* televisual”, que permita interrupções e momentos de suspensão e silêncio para elaborar uma reflexão. Da mesma forma, o ambiente, tom de voz e gestos também importa para a construção do diálogo. Como exemplo, o autor cita o episódio *El Cementerio*, da série espanhola *Qué sabe nadie* (1990), dirigida por Téo Escamilla para a rede Telemadrid, que coloca um jornalista frente a frente com um criminoso condenado por homicídio, para uma entrevista dentro de uma penitenciária.

As falas hesitantes dos dois antagonistas, cheias de suspensões e angustiantes intervalos de silêncio, parecem dizer mais pelo que omitem do que por aquilo que efetivamente informam, como se fosse possível construir um diálogo não apenas com a voz, mas também com os gestos, as alterações fisionômicas, o tremor dos lábios, captados em impressionantes primeiríssimos planos (Machado, 2000, p. 80).

3 METODOLOGIA

Para a discussão metodológica utilizada para a produção deste trabalho, serão utilizados os textos *Introdução a metodologia científica* (1985), de Pedro Demo, e *Pesquisa em comunicação* (2003), de Maria Immacolata Vassallo de Lopes. Demo (1985) estabelece a discussão acerca do objeto de pesquisa nas ciências sociais como um objeto construído, e aponta

um caminho para a estruturação de um trabalho científico. Lopes (2003) discute problemas metodológicos na pesquisa dentro da comunicação.

Posteriormente, serão resgatadas as contribuições de Roberto Damatta sobre a importância do trabalho de campo na pesquisa, em *Revitalizando: uma introdução à antropologia social* (2000), e de Anne Goliot-Lété e Francis Vanoye sobre a estruturação e montagem de um filme, em *Ensaio sobre a análise filmica* (2000).

3.1 A PESQUISA EM COMUNICAÇÃO

Antes de tudo, cabe apresentar uma definição de metodologia. Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2003) define metodologia como uma “investigação da investigação”, ou seja, o que estabelece o método que será utilizado para a realização da pesquisa. Para tal, a autora estabelece dois preceitos: 1) não é possível estabelecer uma reflexão metodológica separada do objeto de estudo da comunicação. 2) a metodologia visa criar um sistema de hábitos intelectuais, para promover a atitude consciente e crítica ao pesquisador.

Sobre o objeto de pesquisa, Pedro Demo (1985) explica que a ciência trabalha com um objeto construído e não um objeto puro e objetivo. A ciência não lida com a realidade de forma clara e direta, mas sim com a realidade como conseguimos captá-la. Ou seja, um recorte marcado pela nossa interpretação do mundo. O ponto de partida das ciências sociais já é “problematizável” por si só.

O objeto de estudo não se trata de uma observação pura da sociedade, mas sim uma construção a partir do contexto social em que é observado. Assim, o cientista não é só um fenômeno lógico e formal, mas também um fenômeno social. Não há como fazer ciência sem interferência ideológica, mesmo sendo possível controlar essa influência, ocasionalmente.

Na verdade, não captamos a realidade, mas a interpretamos. Interpretar significa aceitar que na análise do fenômeno aparecem elementos que são menos do fenômeno do que do analista. Aparece a marca do cientista. Os fatos, que muitas vezes julgamos objetivos e na verdade o são, porque acontecem apesar de nossas ideologias, não se impõem ao sujeito como se fossem evidentes em si (Demo, 1985, p. 46)

Todo o dado depende, necessariamente, de uma interpretação. A evidência para determinado fenômeno não é apenas o dado, mas também a interpretação em que cai. A ciência não é capaz de captar toda a sociedade em sua observação. Aquilo que é investigado atende os interesses de uma estrutura dominante, que determina o que é percebido como relevante. “Assim, cremos ser um fato importante que as ciências sociais fazem o jogo do poder,

simplesmente porque são construídas por pessoas beneficiárias no sistema” (Demo, 1985, p. 47).

O autor prossegue explicando que a ideia de objeto construído, no entanto, não se trata de um objeto inventado. É natural que haja um grau de manipulação, simplificação e deturpação dos fatos, afinal vemos o mundo por facetas e o estereotipamos. Mas isso não implica que haja deturpação total, com a ideologia como finalidade da ciência. O fazer ciência implica em estabelecer controle sobre a incursão ideológica, reconhecendo sua existência e fazendo o possível para evitá-la.

Assim, o objeto construído não pode ser estendido sem seu construtor, pois depende do intérprete e de seu contexto social. Reconhecer essa limitação é essencial para o saber científico, na medida em que possibilita um entendimento mais amplo da questão estudada.

Em seguida, Demo (1985) se volta à construção de um trabalho científico. Tudo começa com a elaboração de uma hipótese, o “lançamento de uma suspeita explicativa ou a sugestão provisória de que certa forma de explicação poderia dar certo” (Demo, 1985, p. 48). Para um tema como a criminalidade urbana, por exemplo, é possível estabelecer uma série de hipóteses acerca do problema. Pode-se dizer que é um problema administrativo, ligado ao despreparo policial, pode ser um problema de educação ou ainda um problema relacionado à pobreza, motivado pela necessidade de sobrevivência.

Após a definição da hipótese, deve-se preparar um roteiro para o trabalho. Nesta etapa, é preparado um quadro teórico de referências feitas a partir de explicações já feitas sobre o assunto. É importante também buscar material factual sobre o problema, a fim de levantar o saber prévio acerca do tema. Por fim, é feita uma organização interna do trabalho, com a separação entre capítulos.

O roteiro tem como objetivo testar a hipótese levantada, verificando se foi correta ou não, a partir de dados estatísticos e discussões teóricas. A hipótese confirmada e testada torna-se uma tese. No entanto, dentro do campo das ciências sociais, a tese trata-se de uma hipótese testada é mantida até que seja encontrada uma explicação melhor, pois não há como confirmar uma hipótese objetivamente.

A última etapa do trabalho são as conclusões, onde é mostrado o que pretendia conseguir com a hipótese inicial. Todo trabalho científico propõe-se a mostrar algo, como provar que uma explicação vigente estava errada ou propor outra interpretação a determinado tema, e é nesta parte que essa intenção é evidenciada. A conclusão é responsável por dar unidade ao trabalho e ordenar o projeto.

Antes de tudo, porém, Lopes (2003) define que não é possível começar uma investigação sem adotar um quadro de referências teóricas. “Seja implícita ou explícita, a adesão a um quadro teórico de referência se realiza na própria origem de um projeto de pesquisa, porque desse quadro depende a própria formulação do objeto de estudo” (2003, p. 103). “É da adequação entre teoria, método e objeto concreto que emerge a primeira formulação da problemática de pesquisa e, portanto, do próprio objeto científico e dos resultados da investigação” (Lopes, 2003, p. 103).

Desta maneira, a autora define a escolha metodológica como uma “opção científica” para a realização de determinada pesquisa, sendo possível combinar diferentes métodos teóricos para atender necessidades específicas, sem comprometer o trabalho. Por se tratar de um campo de pesquisa novo, a comunicação depende de se apoiar nas ciências sociais para a definição de seus próprios métodos, da mesma forma que outros campos da ciência fizeram em seu início.

A escolha desta metodologia variada, no entanto, esbarra em algumas questões operacionais, como o acesso a bibliotecas ou bancos de dados que permitam o pesquisador encontrar o que precisa, ou ainda o acesso a recursos financeiros e tempo hábil para a realização da pesquisa.

3.2 O TRABALHO DE CAMPO

Para entender a importância do trabalho de campo, devemos analisar os escritos de Roberto Damatta em *Revitalizando: uma introdução à antropologia social* (2000). Segundo o autor, assim que a antropologia abandonou a postura do evolucionismo social, a pesquisa de campo se tornou o principal método para coleta de dados e reflexão teórica.

Para a pesquisa na antropologia social, é necessário situar o pesquisador em um cenário que não lhe é familiar, e é preciso que este pesquisador consiga perceber as minúcias da sociedade na qual está inserido e em como ela se diferencia da sociedade em que veio. “O papel da antropologia é produzir interpretações das diferenças enquanto elas formam sistemas integrados” (Damatta, 2000, p. 145). Esse encontro entre diferentes culturas, inevitavelmente, provoca contradições e dilemas, porém são essas contradições e dilemas que movem a ciência.

A teoria, dentro da antropologia social, é discutida a partir da vivência em campo. O pesquisador deve estabelecer diálogo com as teorias correntes a partir de sua experiência, e é por conta desta “mídia” entre teoria e observação que é possível desenvolver os trabalhos da

antropologia. Assim, é necessário que o antropólogo esteja constantemente repensando a antropologia.

A prática antropológica é quando se testa a teoria, absorve os pontos de vista do grupo observado e tem novas revelações teóricas. Desta maneira, há uma constante renovação no pensar da antropologia, que faz com que as teorias “clássicas” caiam em desuso. A antropologia se reinventa por natureza, pois o choque das teorias vigentes com a vivência em campo permite a elaboração de novas linhas de pensamento, que superam a anterior. Apesar de ser uma ciência surgida do colonialismo, sua postura de não se prender a doutrinas específicas permitiu a superação deste contexto.

Assim, Damatta (2000) descreve a antropologia social como uma ciência ao mesmo tempo múltipla e una. Ela é una em seus objetivos, mas múltipla pela pluralidade de visões existentes. “Se ela é una em seus objetivos e na sua posição de respeito extremo por todas as formas de sociabilidade diferentes (por mais “primitivas” e “selvagens” que possam parecer), ela é múltipla na busca de seus dados e reflexão” (Damatta, 2000, p. 149).

Ao contrário de outras ciências, como a filosofia, sociologia, ou história, a reflexão antropológica toma como partida o ponto de vista do outro, e o estuda a partir de todos os meios disponíveis, sejam eles históricos, políticos ou econômicos. É preciso adotar a postura de que o nativo tem razões que podem não ser compreendidas pela teoria, e é obrigação do antropólogo entendê-las.

É, portanto, para chegar a esta postura (ou para chegar próximo a ela) que o etnólogo empreende sua viagem e realiza sua pesquisa de campo. Pois é ali que ele pode vivenciar sem intermediários a diversidade humana na sua essência nos seus dilemas, problemas e paradoxos. Em todo, enfim, que permitirá revitalizar-se e assim e assim ter esperança em transformar-se num homem verdadeiramente humano (Damatta, 2000, p. 150)

Neste contexto, a viagem de campo atua como um “rito de passagem” para o antropólogo. Da mesma maneira que tribos diversas possuem tradições onde jovens são retirados de seu convívio social para passar por ritos e depois retornar à tribo como adulto, o antropólogo precisa passar pelo trabalho de campo para “ser aceito” pela comunidade. O jovem é tirado de seu ambiente e levado a novas experiências, e é com essas novas experiências que retorna e ganha o respeito da comunidade.

Para exercer a antropologia social, o jovem antropólogo precisa entrar em contato com o “exótico”, algo que gere estranhamento em relação àquilo que conhece como familiar. Modos de vida distintos, que possuem signos e formas de socialização que, a primeiro momento, são difíceis de compreender.

De fato, só se tem antropologia social quando se tem de algum modo o exótico, e o exótico depende invariavelmente da distância social, e a distância social tem como componente a marginalidade (relativa ou absoluta), e a marginalidade se alimenta de um sentimento de segregação e a segregação implica em estar só, desembocando tudo – para comutar rapidamente esta longa cadeia – na liminaridade e no estranhamento (Damatta, 2000, p. 157)

Neste contexto, o antropólogo precisa tornar o exótico familiar e tornar o familiar exótico. É preciso compreender os modos de vida da população na qual está inserido e abandonar convenções e preceitos que lhe foram impostos em sua sociedade de origem. E, a partir da observação e convivência, é possível entender comportamentos que revelam aos poucos o funcionamento daquela sociedade. “Quando o etnólogo consegue descobrir o funcionamento de uma instituição, compreende finalmente o funcionamento de uma regra obscura” (Damatta, 2000, p. 169).

A antropologia social depende do resgate do lado humano nas relações para compreender o funcionamento daquela sociedade, e é essa postura que difere a descrição antropológica da descrição mecânica ou fotográfica, feita pelo viajante ou missionário. “Para distinguir o piscar mecânico e fisiológico de uma piscadela sutil e comunicativa, é preciso sentir a marginalidade, a solidão e a saudade. É preciso cruzar os caminhos da empatia e da humildade” (Damatta, 2000, p. 173).

Damatta descreve esse aspecto interpretativo da antropologia social como o que a define como uma ciência interpretativa, que busca confrontar a subjetividade, e não uma ciência natural da sociedade.

3.3 ANÁLISE FILMICA

Agora, cabe discutir a estruturação dos filmes, propriamente dita. Para isso, será discutido o texto *Ensaio sobre a análise filmica* (2000), de Anne Goliot-Lété e Francis Vanoye. A análise dos autores parte do conceito de tripartição operacional, de Gérard Genette, que define os conceitos de diegese, narrativa e narração.

A diegese diz respeito à história que será contada no filme, somada ao universo fictício ao qual pertence. É “à parte narrativa da narrativa não especificamente filmica” (Goliot-Lété; Vanoye, 2000, p. 41), e é o que a sinopse, o roteiro e próprio filme tem em comum. A narrativa, por sua vez, consiste na associação de conteúdo à expressão. Trata-se de contar a história com palavras, de forma escrita ou oral. Uma sinopse, um roteiro ou até um resumo, por exemplo, são

formas de narrativa. Por fim, a narração se trata na enunciação da narrativa. Acaba por misturar elementos do real e do fictício, pois diz respeito à relação entre enunciado e enunciação.

Os autores, então, introduzem à discussão o conceito de enunciação, apresentado por Christian Metz. Aqui, o autor comunica sua história através da obra, mas não a enuncia, de forma propriamente dita. É a obra quem estabelece diálogo com o espectador. “Posso dizer: Alfred Hitchcock dirigiu *Rebecca* (para ser preciso, será necessário citar ao mesmo tempo o conjunto de seus colaboradores), mas certamente não é Hitchcock que ‘enuncia’ a narrativa quando o vejo no cinema, é o próprio filme que se ‘enuncia’” (Goliot-Lété; Vanoye, 2000, p. 42).

Metz, então, estabelece um comparativo entre o filme e o romance. Enquanto o romance depende inteiramente de recursos verbais para sua enunciação, o filme utiliza, principalmente, da imagem para narrar os rumos da história. Mesmo sem uma narração verbal presente, tudo aquilo mostrado na tela exerce um papel narrativo.

Goliot-Lété e Vanoye, então, voltam-se à análise do narrador, especificamente, que pode assumir três formas: 1) extra diegético, um comentador externo, que pode ser identificável ou não. Uma voz em *off* seria um exemplo deste tipo de narração. 2) à beira da diegese, um narrador que faz parte da diegese, mas comenta os fatos com uma certa distância. Um vizinho dos personagens, por exemplo. 3) narrador fundamental, que delega seu poder a um ou vários personagens. Pode ser representado pelo personagem que usa de suas memórias ou seus pensamentos para narrar.

Por fim, os autores explicam acerca da utilização do som no processo da narração. Para os registros em *off*, podem ser feitos no momento da gravação das cenas; durante a pós-produção; ou ainda com uma combinação dos métodos. Quanto à diálogos, estes podem ser não escritos, improvisados ou semi-improvisados e registrados de forma direta; escritos e registrados de forma direta; escritos e pós-sincronizados; ou ainda dublados.

4 ARGUMENTO

Nesta parte, foco em desenhar as histórias retratadas em *Na beira do Largo*. O documentário é composto de três histórias principais, cada uma representando um dos pilares da vida urbana previamente citados: lazer, trabalho e moradia. As entrevistas foram gravadas *in loco*, com a narração das histórias feita pelos entrevistados. Os depoimentos são intercalados uns com os outros, além de imagens da região que possam situar o espectador. Durante a

narrativa, há eventuais quebras onde são introduzidos trechos pontuais de entrevistas gravadas na rua, onde frequentadores da região relatam sua experiência de frequentar o Largo da Ordem. O intuito é apresentar um panorama geral do lugar, mostrando ao espectador quem frequenta o Largo, porque frequenta e o que acha que deveria ser melhorado.

As três histórias principais foram descobertas através de pesquisas por matérias jornalísticas acerca do assunto na internet. Comecei por buscar casos de violência policial na região do Largo da Ordem e encontrei a matéria *Dois anos após o assassinato de Matheus Noga, família ainda busca justiça* (Plural, 2023, on-line), da jornalista Cecília Zarpelon. Já conhecia Nivaldo Noga, tio de Matheus e principal fonte da matéria, que é presença carimbada nos bares na região do Largo, mas não sabia da morte de seu sobrinho.

Depois, navegando no site da Tribuna do Paraná, li a matéria *Shawarma, fritas e refri por R\$ 28: queridinho sírio vai mudar de endereço!* (Tribuna, 2024, on-line), da jornalista Eloá Cruz. O texto trata do restaurante Al Beek, localizado na Travessa Nestor de Castro, que teria que mudar de endereço por conta de uma obra da prefeitura. Fui até o restaurante e conversei com o proprietário, o sírio Wessam Al Hraki, para saber mais.

Marquei entrevistas com Nivaldo e Wessam, realizadas presencialmente em um bar e no restaurante, respectivamente, onde os dois narraram suas histórias. Sendo a história de Nivaldo ligada ao lazer e a de Wessam ligada ao trabalho, restava encontrar uma terceira história, sobre moradia. Passei cerca de dois meses conversando com diferentes movimentos sociais que atuam na luta por moradia na região central da cidade, mas não obtive resultados.

Já no final de outubro de 2024, pensando que o trabalho estava perdido e não conseguiria uma terceira fonte, encontrei, através de uma busca na internet, a matéria *Integrantes de ocupação cultural no Centro de Curitiba são despejados após ação de reintegração de posse* (Terra de Direitos, 2015, on-line), que narrava a reintegração que despejou a Ocupação Cultural Espaço da Liberdade (Ocel), em maio de 2015. Em uma rápida pesquisa no *Google*, descobri que o responsável pela ocupação era Will Capa Preta, candidato à vereador de Curitiba pelo Partido comunista do Brasil (PcdoB), em 2020. Conversei com amigos que conheciam pessoas ligadas ao partido e assim consegui o contato de Will.

Realizamos uma entrevista virtual, na qual apresentei a proposta do trabalho e fiz perguntas sobre o processo da ocupação. Com isso posto, basta agora narrar as três histórias que compõem o produto.

4.1 SÁBADO À NOITE, LARGO DA ORDEM

O dançarino Nivaldo Noga é apaixonado pelo carnaval. Desfila na festa há 15 anos e, hoje, participa de todas os blocos de Curitiba. Enquanto a comemoração não chega, aproveita seu Carnaval fora de época nos bares de samba do Largo da Ordem, reduto boêmio da cidade que frequenta todos os dias.

Na noite de 11 de setembro de 2021, saiu para encontrar os amigos no Largo, como sempre fazia. Algumas horas depois de chegar, presenciou uma discussão acalorada entre um casal em meio à multidão, na frente da Igreja do Rosário. A discussão escalou, e o casal começou a trocar ofensas com agressividade. Neste momento, uma viatura da Guarda Municipal foi chamada para intervir.

Quando o carro da GM estacionou na esquina da Avenida Jaime Reis, ao lado da igreja, a multidão começou a dispersar e descer o Largo. Há menos de 15 metros de distância, Nivaldo viu o guarda Alessandro Neves Toso descer da viatura com uma espingarda em mãos e efetuar um disparo contra a multidão. Assustado, saiu dali o mais rápido possível e voltou para casa.

Cerca de quatro horas depois, quando se preparava para dormir, recebe uma ligação do hospital. Procuravam o “Tio Nivaldo”, único familiar identificado no celular de Matheus Noga, que havia falecido por conta de um disparo executado por um agente da Guarda Municipal de Curitiba. “Eu não imaginava que aquele episódio, que vi acontecer em minha frente, fosse trazer uma vítima tão próxima”, conta.

Matheus, de 22 anos, não costumava ir ao Largo da Ordem, mas essa era uma ocasião especial: havia acabado de conquistar sua carteira de motorista. Saiu com os amigos para comemorar. O jovem foi atingido por um tiro de espingarda nas costas e teve 14 perfurações do corpo, duas delas no coração. Deixou uma filha de nove meses.

Após a execução, Toso atestou no Boletim de Ocorrência que havia disparado em legítima defesa. Segundo a versão do guarda, após a chegada da viatura, um grupo na multidão agiu de forma violenta e começou a atirar garrafas em direção aos agentes. Neste momento, efetuou o disparo para proteger sua integridade.

A família, então, solicitou as imagens das câmeras de monitoramento do Largo da Ordem à prefeitura, mas teve seu pedido negado. O jeito foi entrar na justiça. Meses depois, com parecer favorável do juiz, as imagens foram liberadas e comprovaram a fraude no Boletim de Ocorrência do guarda.

Toso foi afastado do cargo e uma sindicância foi aberta para investigar o caso. Nivaldo deu seu parecer, que foi confirmado pela corregedoria Guarda Municipal a partir das imagens. O assassino foi exonerado em abril de 2022, e deve responder na justiça por homicídio doloso.

No entanto, desde a exoneração, o julgamento não pode ser marcado, pois Toso se encontra foragido. Mesmo assim, a família tem esperança na justiça. “A justiça tem meios para se fazer cumprir a lei. Pode ser que demore um pouco, mas eu tenho certeza e confiança que a justiça vai ser feita. Não só para o guarda, mas para o sistema e para todos os outros que possam ter culpa, que terão de prestar contas no futuro, de uma forma ou de outra”, comenta Nivaldo.

4.2 O RESTAURANTE ÁRABE

Em 2012, o sírio Wessam Al Hraki veio ao Brasil, acompanhado de um grupo de amigos, para trabalhar em feiras pelo país. A estadia era indeterminada, mas esperavam voltar para casa em um mês. Wessam é cozinheiro, sempre trabalhou fazendo *shawarmas*, e seus amigos trabalhavam com artesanato e marcenaria. Passaram por Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo e Foz do Iguaçu vendendo seus produtos e divulgando a cultura síria.

A Síria passava por instabilidades políticas desde o começo de 2011 quando uma revolta armada irrompeu contra o regime do ditador Bashar al-Assad, mas a ideia de deixar o país em definitivo ainda não passava pela cabeça de nenhum dos viajantes. Enquanto estavam no Brasil, porém, o conflito escalou a uma guerra civil violenta, e data de volta teve de ser prorrogada.

“Fiquei por seis meses no Brasil. Quando finalmente consegui voltar à Síria, vi que as coisas lá só iriam piorar. Aí concluí que tinha que voltar ao Brasil e pelo menos trabalhar para ajudar minha família”, conta Wessam. Sua esposa, filhas e pais conseguiram fugir do conflito e se refugiar na Jordânia, enquanto Wessam voltou ao Brasil para juntar dinheiro e tirá-los de lá.

“Tinha minha casa, minha família... Toda minha vida boa tava lá. Na guerra, perdi tudo. Hoje, nem minha casa existe mais”, conta. Decidiu recomeçar em Curitiba, cidade que o cativou na vinda para o Brasil. O plano era juntar dinheiro para abrir seu próprio restaurante, e aí trazer sua família da Jordânia.

Durante três anos, Wessam trabalhou em lanchonetes e feiras de Curitiba, sempre atrás de estabelecimentos de imigrantes árabes para preparar *shawarma*, sua especialidade. No meio tempo, tentou ir à Jordânia para visitar a família, mas teve sua entrada no país negada por conta de um visto de trabalho vencido. Ao final de 2015, em uma portinha de uma galeria comercial na

Travessa Nestor de Castro, a uma quadra do Largo da Ordem, o cozinheiro abriu o Al Beek Gastronomia Árabe.

Os primeiros meses foram difíceis. Teve até que vender coxinha para a gradar o paladar dos brasileiros. Mas, com o tempo, a cozinha árabe de Wessam caiu no gosto de quem passava pela região, e o movimento cresceu. A loja cresceu junto – agora ocupa quatro pontos da galeria, com uma cozinha grande e salão cheio de mesas, que abrigam dezenas de clientes diariamente. Hoje, não precisa mais vender coxinha.

Em 2019, realizou o sonho de trazer a família à Curitiba. Wessam tocou os negócios e aproveitou sua nova vida no Brasil até janeiro de 2024, quando ouviu o boato de que iriam demolir o prédio que abrigava o Al Beek. Assustado, ligou para o dono da galeria, que confirmou a informação: a Prefeitura de Curitiba comprou o imóvel e vai pôr tudo abaixo.

A obra foi anunciada no dia 18 de janeiro. A Travessa Nestor de Castro passará a ser uma via subterrânea e a galeria comercial será demolida para abrigar a nova Rua da Memória, espaço que deve conectar dois museus já existentes – o Memorial da Cidade e a Casa da Memória. Com isso, sete lojas serão desalojadas e o Teatro Universitário de Curitiba (TUC) será desativado.

Após a compra do imóvel, a Prefeitura deu dois meses para os comércios saírem da Travessa, sem qualquer tipo de indenização. Os comerciantes se reuniram e contratam um advogado, para exigir uma ampliação do prazo e algum tipo de compensação financeira. Conseguiram garantir a estadia até dezembro de 2024, mas briga pela indenização continua. “Se a prefeitura ajudasse em alguma coisa, não teria problema nenhum. Amanhã eu saio. Mas como vou sair sem dinheiro?”, desabafa Wessam.

O Al Beek segue funcionando, mas sem garantia de que conseguirá manter as portas abertas. “Eu fiz três reformas aqui e ganhei uma clientela boa. Preciso, pelo menos de um dinheiro para começar em outro lugar. Para não perder meus clientes e não perder o que investi aqui”, conta.

“Não tenho ideia de onde vou depois. Tenho minha casa lá no Cristo Rei. Como não tenho dinheiro, pensei em abrir uma cozinha só de *delivery* lá. Se sair algum dinheiro, quero achar um lugar aqui pertinho, para não perder meus clientes. Se não, vou ter que começar do zero. Não tem jeito.”

4.3 A GUERRA DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Foi nos últimos meses do ano de 2014 que o produtor cultural Oilson Alves, mais conhecido como Will Capa Preta, viu-se numa situação complicada. A falta de editais públicos para atividades culturais afetou sua renda e o preço do aluguel e das contas de casa se tornaram insustentáveis.

Com despejo próximo, Will não teve outra opção a não ser ocupar. Com a experiência de ter participado de mais de 20 ocupações, foi um prédio abandonado no Centro de Curitiba que chamou sua atenção, vazio há cerca de 20 anos. Era um esqueleto. Uma construção nunca terminada que pertencia a uma massa falida, composta de pisos, alicerces e algumas paredes.

O edifício, localizado na esquina da Travessa Presidente Faria com a Rua São Francisco, fica ao lado da Praça de Bolso do Ciclista, espaço que havia sido ocupado pelo movimento cicloativista há poucos meses. A praça surgiu de um vazio urbano. Um espaço abandonado bem no meio da cidade que foi transformado pela comunidade e se tornou um importante ponto de encontro sociocultural. A praça reviveu uma rua que há anos já não via um fluxo relevante de pedestres, um lugar abandonado pelo medo e insegurança.

Sempre ligado a movimentos sociais, o prédio já estava no radar de Will desde o começo da movimentação na Praça do Ciclista, mas foi quando a necessidade por moradia falou mais alto que ele resolveu agir.

Com a ajuda de amigos e parceiros de ocupação de anos, as obras para adequação do prédio começaram em outubro de 2014. Além de retirar todo o entulho que tomava o terreno abandonado, foi preciso reformar calçadas, levar luz, água, levantar paredes e adequar toda a estrutura para garantir a segurança dos futuros moradores. A ocupação tomou conta de cinco dos 22 andares do edifício.

Ainda durante as obras, uma tragédia marcou a história da ocupação. Era comum que pichadores subissem até os últimos andares do prédio pelo lado de fora, e foi numa dessas que um jovem acabou caindo no poço do elevador. Sem que ninguém percebesse, as reformas continuaram no mesmo ritmo.

Cerca de uma semana depois, o pai, acompanhado de alguns amigos do rapaz, foi até o prédio na procura do filho, já esperando pelo pior. O corpo foi encontrado no poço e o Instituto Médico Legal (IML) foi acionado para a retirada.

Ao fim das obras, o movimento foi batizado de Ocupação Cultural Espaço da Liberdade (Ocel). Em memória à tragédia, o prédio foi aberto para que pichadores e grafiteiros entrassem e fizessem suas intervenções de forma segura. As portas dos elevadores, agora seladas, foram cobertas pela arte urbana.

O intuito da ocupação era, antes de tudo, ser um espaço cultural para o desenvolvimento das mais variadas atividades, em pleno coração de Curitiba, há duas quadras do Largo da Ordem. Fora os apartamentos, havia também uma biblioteca, teatro e sala de cinema. No térreo, foi instalado um palco para apresentações musicais e uma horta para a subsistência dos moradores.

Ao longo dos primeiros meses de 2015, foram realizados diversos eventos voltados às comunidades indígenas, quilombolas, shows de pagode e hip-hop, exibições de filmes e até uma encenação do clássico de Nelson Rodrigues, “A Dama da Lotação”.

Moravam cerca de dez pessoas no prédio, que cuidavam da estrutura e se dividiam em tarefas para garantir a existência da ocupação. O financiamento era feito através de doações voluntárias, arrecadadas durante os eventos culturais que lotavam toda a rua.

Ao perceber o movimento, um representante da massa falida entrou na justiça para tentar a reintegração de posse. Por conta da polarização política acirrada na época, os membros da Ocel decidiram não recorrer à movimentos sociais, mas fazer a defesa através da defensoria pública. O processo foi movido no nome de Will.

A Ocel não chamou atenção só da massa falida. Grupos neonazistas que atuavam na área começaram a monitorar o movimento da ocupação para preparar um ataque, que culminou em uma briga generalizada em meio à Rua São Francisco.

A Guarda Municipal de Curitiba também começou a acompanhar a Ocel de perto. Um dia, um grupo de guardas bateram no portão para vasculhar o prédio. Will explicou que travava uma disputa judicial pela posse do prédio, portanto seria necessário um mandato para entrar. Irritados, os guardas o provocaram dizendo que se não queria a presença deles ali, estava escondendo alguma coisa.

Então, para evitar represálias, resolveu abrir os portões. Will e os outros moradores seguiram o grupo enquanto filmavam todo o processo, quando flagraram um dos guardas tentando plantar drogas na ocupação. A situação gerou constrangimento nos guardas, que rapidamente foram embora. Uma outra guarda, chocada com a situação, orientou os moradores a guardar o vídeo como prova.

A situação toda fez com que a Guarda Municipal estabelecesse um cerco ao redor da Ocel. A Rua São Francisco foi fechada desde a esquina com Rua Riachuelo até a Travessa Presidente Faria, e lá os guardas ficaram até o último dia da ocupação.

Impossibilitados de exercer as atividades culturais que movimentavam a Ocel, não sobrou opção a não ser aguardar o desfecho na justiça. Como não é de se surpreender, a decisão da juíza foi favorável à massa falida.

A reintegração de posse foi marcada para maio de 2015, e os moradores permaneceram no prédio até o último minuto. Na hora marcada, os portões foram abertos e os policiais entraram. “Não bateram em nós. Não agrediram nem nada. Mas a gente foi convidado para se retirar. Depois você vê eles jogando todas as tuas coisas lá, né? E não tinha o que fazer. Foi triste”, conta Will.

A Ocel durou cerca de oito meses. O prédio, vazio há 20 anos, ficou vazio por outros dez. Em outubro de 2024, o edifício passou a receber obras de readequação por uma construtora, que irá transformá-lo em um conjunto de micro apartamentos voltados à estudantes. O empreendimento deve ser entregue no primeiro trimestre de 2025.

“Aqueles que participaram da Ocel perceberam que é possível transformar o espaço urbano, para garantir o acesso e a participação. Acessibilidade e pertencimento à cidade e ao centro. Não pode ser só um tipo de pessoas que tem acesso a uma região da cidade, a cidade é de todos”, conclui Will.

5 RESULTADOS

Na beira do Largo inicia com uma montagem de imagens do Largo da Ordem, que apresentam cenas do cotidiano na região. As imagens retratam a relação entre o a boemia noturna e ambiente familiar do domingo de manhã. Sendo o filme uma obra que enuncia a si mesmo, como estabelecido no subcapítulo 3.3, o uso das imagens com som ambiente serve para situar o espectador no espaço físico do Largo da Ordem e seus arredores. Ao fim da montagem, o título do documentário aparece, com a tipografia inspirada pelas placas de rua de Curitiba.

Depois de alguns segundos de tela preta, os três personagens se apresentam. Primeiro Nivaldo, depois Wessam e por fim Will. Essa é a ordem que sempre voltam a aparecer ao longo do filme. Nivaldo aparece em um bar da região, com um palco vazio e tambores de samba no fundo. A ambientação remete ao lazer e apresenta o dançarino em um de seus ambientes favoritos – um bar de samba no Largo da Ordem. Na mesma linha, Wessam aparece em uma das mesas de seu restaurante, com as estufas vazias e portas fechadas ao fundo. Will é filmado em sua casa, na ocupação Nova Tiradentes, Cidade Industrial de Curitiba, onde reside desde a reintegração de posse da Ocel, em 2015.

As entrevistas seguem se intercalando, de forma a tentar construir uma narrativa interessante ao espectador. O entrevistado narra uma parte e, quando concluída, o filme segue para o próximo. Ao longo dos relatos, algumas imagens são introduzidas para ilustrar os espaços citados pelos entrevistados. Na marca de um terço de sua duração, uma nova tela preta é introduzida. Depois uma nova montagem de imagens do Largo da Ordem começa, seguidas de entrevistas curtas realizadas com pedestres que circulam pela região. São três breves relatos de pessoas que frequentam o Largo por lazer, trabalho ou moradia. Depois, mais uma montagem de imagens. A quebra tem o intuito de reforçar a construção feita na montagem do início, apresentado as contradições da região e ajudando na construção do espaço físico no imaginário do espectador.

As entrevistas de Nivaldo, Wessam e Will seguem se intercalando até que, na marca de dois terços de duração, uma nova quebra é introduzida, com novas imagens e outros três pequenos relatos de lazer, moradia e trabalho na região. Por fim, as três histórias principais retomam e seguem até o fim do filme, quando rolam os créditos. O documentário completo está disponível em: <https://youtu.be/Rwv_GZ_klMI>.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de quase um ano de trabalho intenso, é com imensa satisfação que posso dizer que terminei. Se a ideia de produzir um documentário sozinho parece megalomaniaca, é porque realmente é. Por trás de um produto com pouco de mais de 50 minutos, estão semanas de trabalho, dezenas de noites mal dormidas, cerca de cinco horas de gravações e 120 gigabytes de armazenamento. Mas, acima de tudo, fico feliz por ter conseguido concretizar minha visão para *Na Beira do Largo*, e posso dizer que tenho muito orgulho do resultado.

O urbanismo é uma das minhas maiores áreas de interesse, e foi justamente minha obsessão pelas cidades que levou à escolha do jornalismo como carreira. Este trabalho é resultado de uma insatisfação que carrego desde o primeiro dia do curso sobre a forma como o espaço urbano é utilizado em Curitiba. A ideia não nasceu pronta, mas tomou forma conforme me debrucei sobre o setor histórico da cidade e procurei evidências que apontassem as falhas da gestão pública.

O trabalho inicia com uma apresentação do Largo da Ordem, um dos principais cartões postais da cidade de Curitiba que hoje enfrenta uma crise de segurança pública. Em meio ao aumento no número de assaltos, tráfico de drogas, assassinatos e da violência num geral, o poder

público na capital paranaense investe no policiamento ostensivo como solução para o problema. Os resultados, além de insatisfatórios, promoveram um esvaziamento na região, notória por sua vida noturna badalada.

Com isso, parti para a leitura de *Vida e morte de grandes cidades* (2022), de Jane Jacobs. A escritora estabelece um comparativo entre as cidades norte-americanas que passaram por reformas urbanas após a Segunda Guerra Mundial, com o intuito de priorizar o uso do automóvel e diminuir a densidade populacional, e aquelas que não sofreram mudanças. O resultado de sua análise foi que cidades mais densas, com uso misto dos espaços e ocupação 24h apresentavam melhores índices de segurança e qualidade de vida. Com isso, Jacobs (2022) estabelece que cidades precisam ter 1) nítida separação entre espaços públicos e privados; 2) olhos na rua; 3) movimento constante. Assim, é formada uma rede de comportamentos orgânicos que são mais efetivos para a segurança pública do que o policiamento ostensivo. Essa rede é garantida pela mistura de moradia, trabalho e lazer em um mesmo lugar.

Trazendo a discussão para a América Latina, foram analisados os escritos de Néstor García Canclini em *Imaginários culturais da cidade: conhecimento/ espetáculo/ desconhecimento* (2008). O antropólogo estabelece três formas de desenvolvimento urbano moderno: as cidades do conhecimento, as cidades do espetáculo e as cidades multiculturais. Quando aplicados à realidade latino-americana, percebe-se que a tentativa de construir cidades do conhecimento promove um tipo de espetacularização, em que recursos públicos são destinados à construção de atrações como museus, enquanto a infraestrutura básica segue negligenciada. O fenômeno das cidades do espetáculo, quando chega aqui, se converte nas cidades paranoicas – lugares que um dia foram atrativos à turistas e investidores, mas hoje estão tomados pelo crime. Em meio a isso, a espetacularização e a paranoia se confundem. Não é diferente em Curitiba, como ilustrado pelos casos resgatados no subcapítulo 2.2.

Em seguida, tomando como base os escritos de Louis Wirth (1967), William Foote Whyte (2005), Erwin Goffman (2002) e Marshall Berman (1986), foi estabelecida a análise do convívio em grandes centros urbanos. A cidade necessita que haja um sentimento de segurança entre uma massa de desconhecidos, que pertencem a diferentes classes sociais, etnias, religiões etc. Neste contexto, o atrito entre essas pessoas é inevitável. Para remediar esse fenômeno, é necessário priorizar cidades com espaços coletivos, através da criação de centros educacionais, culturais e recreativos, bem como investir no uso misto dos bairros. As reformas urbanas vistas mundo afora após a Segunda Guerra Mundial são incompatíveis com esse conceito, promovendo o individualismo extremo e o abandono do espaço público.

Depois foi traçada uma linha do tempo da história do documentário, tomando como base as diferentes definições apresentadas por Fernão Ramos (2008), Bill Nichols (2005), John Grierson (2011) e Jean-Louis Comolli (2011). A partir desta análise, foi possível perceber a importância política dos filmes documentários. Por se tratar de uma narrativa construída a partir de imagens reais, é necessário evitar a espetacularização e ter um compromisso social com o que está sendo apresentado. Então, foi trazido à discussão Arlindo Machado (2000), que fala da importância da entrevista *in loco* nas produções audiovisuais. O autor explica que o ambiente, o tom de voz e os gestos do entrevistado são essenciais para a construção do diálogo.

Para a discussão metodológica, foram utilizadas as contribuições de Pedro Demo (1985) e Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2003) para a construção do objeto de estudo e a estruturação de um trabalho científico dentro do campo da comunicação. Depois, foi trazido ao debate Roberto Damatta (2000), que fala sobre a importância do trabalho de campo na antropologia social. Segundo o autor, para estabelecer observações e entender os comportamentos de um determinado grupo, é preciso estar inserido diretamente nele. Por fim, para discutir a estruturação dos filmes, foram trazidas as contribuições de Anne Goliot-Lété e Francis Vanoye (2000). Os autores estabelecem que não é o diretor que faz um diálogo com o espectador através do filme, mas sim a obra enuncia a si mesma. Portanto, a escolha das cenas é fundamental para a comunicação com o espectador.

Quanto à produção, dificuldades surgiram ao longo do processo, sendo a maior delas referente à equipamento. O documentário foi todo gravado com câmeras do empréstimo do Departamento de Comunicação, que estavam em diferentes estágios de degradação. O primeiro desafio era conseguir emprestá-las, visto que esgotavam ainda cedo pela manhã. Depois, durante as gravações os problemas começavam. Quando não era problema na bateria que a fazia desligar sozinha, era o tempo de gravação que cortava automaticamente aos cinco minutos. Se não era nenhum desses, era o cartão de memória de dois gigabytes que só permitia quatro minutos e meio de gravação até precisar ser descarregado. A iluminação foi improvisada na hora.

Com tudo filmado, restou analisar todo o material, decupar as entrevistas, desenhar o documentário, passar horas Adobe Premiere e finalmente clicar o botão de “exportar”. Resta agora agradecer todos que me ajudaram ao longo desse processo, em especial à minha amiga Isabella Honório que me acompanhou e auxiliou ao longo de todo o processo de gravação. Agradeço também Nivaldo Noga, Wessam Al Hraki e Oilson Alves, por compartilhar suas histórias e topar participar deste produto.

Na beira do Largo se coloca como um documentário político. Seu objetivo é evidenciar as falhas nas ações de segurança e urbanismo implementadas pelo poder público em Curitiba, através das histórias de pessoas que tiveram suas vidas afetadas por essas ações.

REFERÊNCIAS

BALAROTTI, Luciano. Homem esfaqueado no centro de Curitiba morre um dia depois do ataque. RIC, Curitiba, 20 de jun. de 2024. Disponível em: <<https://ric.com.br/prja/seguranca/assassinatos/homem-esfaqueado-no-centro-de-curitiba-morre-um-dia-depois-do-ataque/>>. Acesso em: 29 de jul. de 2024.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CANCLINI, Néstor García. *Imaginários culturais da cidade: conhecimento/ espetáculo/ desconhecimento*. In: COELHO, Teixeira. **A cultura pela cidade**. São Paulo: Editora Iluminuras. 2008.

COMOLLI, Jean-Louis. **Ver e Poder – a inocência perdida**: cinema, televisão, ficção, documentário. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CRUZ, Eloá. **Shawarma, fritas e rei por R\$ 28: queridinho sírio vai mudar de endereço**. Tribuna do Paraná, Curitiba, 9 de fev. de 2024. Disponível em: <<https://www.tribunapr.com.br/blogs/rango-barateza/shawarma-fritas-e-refri-por-r-28-queridinho-sirio-vai-mudar-de-endereco/>>. Acesso em: 2 de dez. de 2024.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

Estado e prefeitura de Curitiba lançam operação para intensificar policiamento estratégico. Agência Estadual de Notícias, Curitiba, 1 de fev. de 2023. Disponível em: <<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Estado-e-prefeitura-de-Curitiba-lancam-operacao-para-intensificar-policiamento-estrategico#:~:text=A%20Opera%C3%A7%C3%A3o%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20I>

%20em,e%20tra%C3%A7ar%20as%20estrat%C3%A9gias%20operacionais.>. Acesso em: 29 de jul. de 2024.

Feira do Largo da Ordem. O guia turístico Curitiba, Curitiba, 2019. Disponível em < <https://curitiba.oguiaoturistico.net/feira-do-largo-da-ordem/>>. Acesso em: 29 de julho de 2024.

GABARDO, Andrey. Policiais fazem operação no Largo da Ordem. Massa News, Curitiba, 13 de maio de 2023. Disponível em: <<https://massanews.com/noticias/parana/curitiba/operacao-largo-da-ordem/>>. Acesso em: 30 de jul. de 2024.

GOFFMAN, Erwin. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10. ed. Petrópolis: Vozes. 2002.

GOLIOT-LÉTÉ, A; VANOYE, F. **Ensaio sobre análise filmica**. 2. ed. Campinas: Papirus Editora, 2000.

GRIERSON, John. **Princípios Iniciais do documentário**. In: **Tradição e Reflexões: contributos para a teoria e estética do documentário**, ed. Manuela Penafria, Livros Labcom, 2011.

Homem é morto a tiros no centro de Curitiba; mulher ficou ferida. G1 Paraná, Curitiba, 1 de abr. de 2024. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2024/04/01/homem-e-morto-a-tiros-no-centro-de-curitiba-uma-mulher-ficou-ferida.ghml>>. Acesso em: 29 de jul. de 2024.

Homem é morto com seis tiros no “coração” de Curitiba. Tribuna do Paraná, Curitiba, 1 de set. de 2024. Disponível em < <https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/homem-e-morto-com-seis-tiros-no-coracao-de-curitiba/>>. Acesso em: 1 de dez. de 2024.

IMMACOLATA, Maria. **Pesquisa em comunicação**. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

Integrantes de Ocupação Cultural no Centro de Curitiba são despejados após ação de reintegração de posse. Terra de direitos, Curitiba, 8 de mai. de 2015. Disponível em: < <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/integrantes-de-ocupacao-cultural-no-centro-de-curitiba-sao-despejados-apos-acao-de-reintegracao-de-posse/17653#>>. Acesso em: 2 de dez. de 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2022.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Senac, 2000.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Ed. Papyrus, 2005.

PETRI, Felipe. Trajano Reis está sitiada, dizem comerciantes. Plural, Curitiba, 2 de julho de 2023. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/colunas/miudos/trajano-reis-esta-sitiada-dizem-comerciantes/>>. Acesso em: 30 de jul. de 2024.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... O que é mesmo documentário?** São Paulo: Senac, 2008.

Roubos e furtos crescem cerca de 15% na região central de Curitiba. CBN Curitiba, Curitiba, 26 de janeiro de 2024. Disponível em: < <https://cbncuritiba.com.br/materias/roubos-e-furtos-crescem-cerca-de-15-na-regiao-central-de-curitiba/>>. Acesso em: 29 de jul. de 2024.

Rua da Memória, no Setor Histórico de Curitiba, vai conectar história e cultura. Prefeitura Municipal de Curitiba, 18 de jan. de 2024. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/rua-da-memoria-no-setor-historico-de-curitiba-vai-conectar-historia-e-cultura/71985>>. Acesso em: 1 de dez. de 2024.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro. 2005.

WIRTH, Louis. **O urbanismo como modo de vida**. In: VELHO, Otávio. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro. 1967. p.89 – p.112.

ZARPELON, Célia. **Dois anos após assassinato de Matheus Noga, família ainda busca justiça**. Plural, Curitiba, 12 de set. de 2023. Disponível em: < <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/dois-anos-apos-assassinato-de-mateus-noga-familia-ainda-busca-justica/>>. Acesso em: 2 de dez. de 2024.